



Folha, Estadão e IstoÉ devem pagar pelo caso Escola Base

PG 5



Perfil do corrupto que gerou a maior crise da República

CONTRACAPA



Fernando Morais fala de censura, política e jornalismo

PGS. 13, 14 e 15



ZERO

Curso de Jornalismo da UFSC - Florianópolis - 8 de setembro de 2005 - Ano XXI - Número 1

APOCALIPSE



HIROSHIMA: 60 ANOS DO USO MILITAR DA ENERGIA ATÔMICA

DEPOIMENTOS EXCLUSIVOS

ABC perde seu principal âncora

Morte de Peter Jennings encerra era dos grandes apresentadores da televisão americana

O canadense Peter Jennings, um dos mais famosos âncoras da TV americana, morreu na noite do dia 7 de agosto, na sua casa em Nova York, aos 67 anos, de câncer de pulmão. "Peter morreu ao lado da sua família, sem dor e em paz. Ele sabia que tinha vivido uma boa vida", garantiu sua esposa, Kayce Freed. No dia 5 de abril, com uma voz fraca e rouca, Jennings havia anunciado no ar que estava doente, que começaria um tratamento de quimioterapia e voltaria ao ar assim que se curasse.

Ele era âncora e diretor chefe de World News Tonight, principal telejornal noturno da rede de TV ABC. Sua morte encerra o ciclo dos grandes âncoras da TV dos Estados Unidos. Jennings, Tom Brokaw, que saiu da NBC em dezembro e Dan Rather, que deixou a CBS em março, formavam os chamados "três grandes" da televisão.

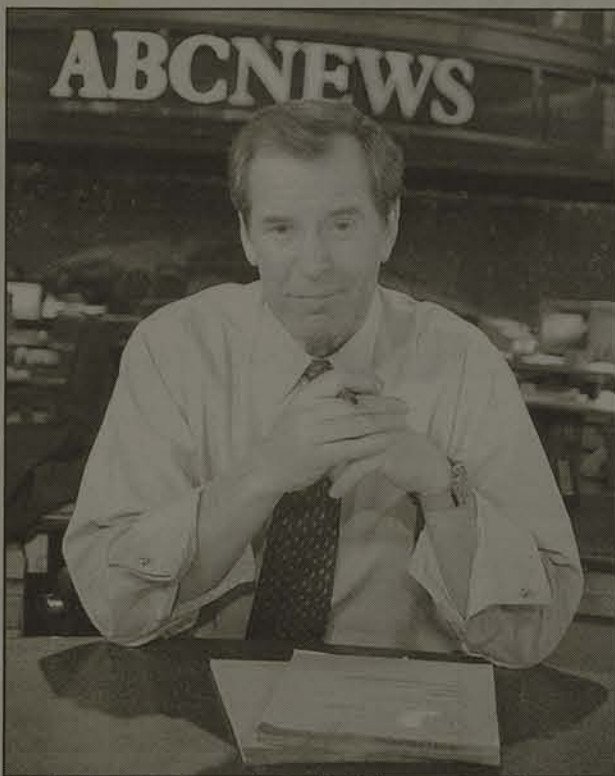
O presidente Bush, declarou que acompanhava o trabalho de Jennings e que os americanos vão sentir falta de suas reportagens. "Peter Jennings fez uma importante carreira como jornalista, cobriu os importantes eventos que ajudaram a definir o mundo como nós o vemos hoje. Ele se tornou parte de nossas vidas e sentiremos sua falta. Deus abençoe sua alma."

Influenciado pelo seu pai, Charles Jennings, radialista da CBC (Canadian Broadcasting Corporation), Peter também começou sua carreira no rádio. Aos nove anos estreou o programa infantil Peter's Program, com duração de meia-hora, que descobria jovens talentos. Trabalhou também numa pequena estação de rádio em Brockton, Ontário, até ser descoberto pela equipe de TV CTV, que o convidou para trabalhar em seu noticiário local da madrugada.

Em 1964 foi contratado pela rede ABC e, com apenas 26 anos, se tornou o âncora mais jovem da história, a frente do programa Peter Jennings with the news, exibido de 1965 a 1967. Depois de deixar o cargo para ganhar experiência em reportagem, se destacou por abrir o primeiro escritório de notícias de um canal americano no mundo árabe, em 1968. Manteve-se como chefe da sucursal de Beirute, no Líbano, por sete anos.

Mudou-se para Washington em 1975 para tornar-se o âncora do programa de notícias matinal da ABC, A.M. América, onde trabalhou por pouco tempo. Depois foi correspondente internacional da rede em Londres e, a partir de 1978, começou a ancorar o programa World News Tonight junto com Frank Reynolds, em Washington e Max Robinson, em Chicago.

Em 1983 foi nomeado principal âncora e editor chefe de World News Tonight e permaneceu no cargo por mais de 20



Jennings: guerras, transmissões históricas e catorze Emmy's

anos, participando das principais coberturas do mundo. Foi homenageado com diversos prêmios jornalísticos durante sua carreira como catorze Emmy's, dois George Peabody awards e vários Overseas Press Club awards.

No dia de sua morte, a rede ABC preparou uma reportagem especial sobre a vida de Jennings. O texto começava dizendo "The American Broadcasting Company e a ABC News sentem a morte de Peter Jennings, âncora, jornalista, líder e amigo". O presidente de jornalismo da rede, David Westin afirmou que várias homenagens à Peter seriam exibidas na programação. "No momento, o maior tributo que podemos oferecer é trabalhar com amor, como ele fazia e nos inspirava a fazer".

Coberturas feitas- Ao longo dos seus 41 anos de

carreira jornalística, Peter Jennings fez reportagens em todos os 50 estados americanos e em diferentes regiões do mundo. Quando era chefe da sucursal da ABC no Líbano, cobriu a guerra de Yom Kippur e a guerra civil libanesa, colocando-se em contato com importantes líderes mundiais e garantindo facilidades de acesso à essas regiões. Aumentou a audiência da rede ABC em 1972, quando cobriu o massacre nas Olimpíadas de Munique.

Fez a cobertura do movimento civil no sul dos Estados Unidos nos anos 60 e também reportou o movimento pela igualdade na África do Sul entre 1970 e 1980. Esteve na Hungria, Tchecoslováquia, leste da Alemanha, Romênia e outros países da União Soviética para primeiro cobrir a repressão do comunismo e depois sua queda. Esteve em Berlim nos anos 60 quando o muro foi construído e na década de 90 quando foi derrubado. Foi também um dos primeiros repórteres a ir ao Vietnã na década de 60 e em 1991 fez a cobertura da Guerra do Golfo.

No dia 31 de dezembro de 1999, o canal ABC preparou um programa especial, Millennium Eve Special ABC 2000, ancorado por Peter Jennings. O programa, considerado a maior produção ao vivo da televisão, foi assistido por 175 milhões de pessoas e Jennings esteve no ar durante todas as 25 horas de transmissão - feito jamais repetido.

Também participou da cobertura dos ataques terroristas ao World Trade Center no dia 11 de setembro de 2001. Ele ficou no ar mais de 60 horas naquela semana, passando as novas informações para seus expectadores. Para o jornal *Washington Post*, "Jennings deu um exemplo de cobertura jornalística". Seu trabalho trouxe à ABC o News Peabody and duPont awards.

Bruna Tiussu

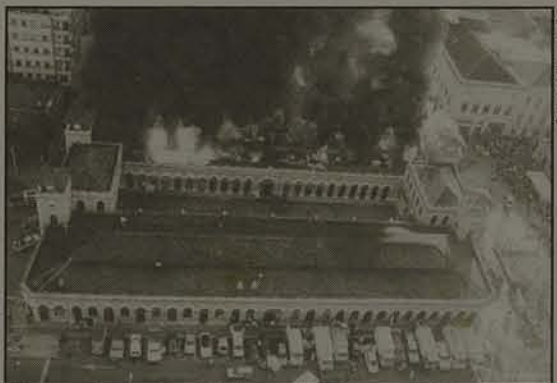
NOTÍCIAS DA ALDEIA

SC vira rota de ciclones

Um ciclone extratropical atingiu o litoral catarinense na noite de 9 de agosto. Os ventos de até 139 quilômetros por hora causaram um prejuízo de R\$ 2 milhões e forçaram algumas prefeituras a decretar estado de calamidade pública. O mar agitado provocou o naufrágio de um barco que havia saído de Imbituba, no sul do estado. Seis pescadores ficaram à deriva por mais de 13 horas. Em Florianópolis, quem caminhava pelo centro da cidade deparava-se com dezenas de guardachuvas e sombrinhas quebrados, largados pelo chão.

Fogo queima patrimônio

Um incêndio na manhã do dia 19 destruiu metade do Mercado Público, construção tombada de importância histórica e cultural em Florianópolis. A parte mais antiga do prédio (foto), a Ala Norte, erguida em 1889, foi a mais atingida pelo fogo. Dos 129 boxes, 68 foram destruídos, onde trabalham cerca de 300 pessoas. Laudo do Corpo de Bombeiros e do Instituto de Perícias divulgado no dia 31 concluiu que o incêndio foi acidental. As chamas começaram em uma frigideira, mantida muito tempo sobre um fogão ligado, que atingiu três botijões de gás localizados acima da cozinha. Após as válvulas romperem, o fogo se espalhou para o box ao lado, que vendia fogos de artifício.



Chamas destruíram 68 boxes da ala construída em 1889

Calor é o maior desde 2000

Uma onda de calor invadiu Santa Catarina no mês de agosto, registrando no Estado o dia mais quente de inverno em cinco anos, com temperaturas de 2 °C a 5 °C acima do normal. Em Florianópolis, no dia 19, os termômetros marcaram 33,1 °C no período da tarde. No Oeste e em Joinville, a máxima chegou a 37 °C. A massa de ar quente se deslocou para a Região Sudeste, mas a previsão é de que o mês de setembro seja quente, com baixa umidade relativa do ar e pouca ocorrência de chuva.

ZERO

ANO XXI - Nº 1 - SETEMBRO/2005 - CURSO DE JORNALISMO-UFSC-CCE-JOR Jornal-laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina **Apoio:** LabFoto, LabInfografia, LabRádio, Universidade Aberta **Colaboração:** Frank Maia, Ozier Muhammad, Wendel Martins **Copy-writer:** Bruna Tiussu, Felipe Mendes, Leo Branco, Renato Machado, Roberto Saraiva, Rodrigo Schmitt, Susana Steil, Tatiana Azevedo, Wladimir D'Andrade; Ricardo Barreto (final) **Direção de Arte e de Redação:** Professor Ricardo Barreto **Edição:** André Vendrami, Bruna Tiussu, Felipe Mendes, Leo Branco, Renato Machado, Roberto Saraiva, Rodrigo Schmitt, Susana Steil, Tatiana Azevedo, Wladimir D'Andrade **Editoração eletrônica, checagem e circulação:** Rodrigo Schmitt **Editor-executivo:** Rodrigo Schmitt **Fotografia:** Clarice Zórnio, Daniela Cucolicchio, Renato Machado **Laboratório fotográfico:** Bruna Marcon **Secretaria de redação:** Bruna Tiussu, Susana Steil **Serviços editoriais:** Agência Estado, Agência Folha, A Notícia, BBC/Brasil, Clic RBS, Diário Catarinense, El Independiente Digital, Jornal da Câmara, Jornal do Brasil, NYT on-line, Observatório da Imprensa, O Estado, O Globo, www.adital.com.br, www.alia2.net, www.camara.gov.br, www.consultorjuridico.com.br, www.dw-wold.de, www.gardenal.org, www.poynter.org, www.washingtonpost.com. **Valor Econômico** **Textos:** André Vendrami, Bruna Tiussu, Daiane Schmitt, Felipe Mendes, Fernanda Fava, Giovana Sanchez, Leo Branco, Renato Machado, Roberto Saraiva, Rodrigo Schmitt, Susana Steil, Tatiana Azevedo, Wladimir D'Andrade **Tratamento de imagens:** André Vendrami, Rodrigo Schmitt, Wendel Martins, Wladimir D'Andrade **Impressão:** Diário Catarinense **Redação:** Curso de Jornalismo UFSC-CCE-JOR, Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil **Telefones:** 55 (48) 331-6599, 331-9490, 331-9215 **Fax:** (48) 331-9490 **Sítio:** www.zero.ufsc.br **E-mail:** zero@cce.ufsc.br **Circulação:** Nacional, gratuita e dirigida **Tiragem:** 5.000 exemplares **Deadline:** 8 de setembro de 2005



Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV, V e XI Set Universitário - PUC-RS
88, 89, 90, 91, 92 e 98



3º Melhor
Jornal-laboratório do Brasil
Expocom 94

Melhor Jornal-laboratório
1 Prêmio Foca
Sind. dos Jornalistas de SC - 2000

Incerteza marca greve das IFES

Apenas 18 universidades param aulas em movimento rejeitado no Paraná e Minas Gerais

A greve de professores da UFSC foi deflagrada no dia 30 de agosto em votação da assembleia da Associação dos Professores da UFSC (Apufsc), com 96 votos a favor e 59 contra. A reunião teve a participação de 214 docentes, 112 a mais que os presentes na aprovação do indicativo de paralisação, realizada no dia 25 do mesmo mês. A assembleia, que deveria acabar às 17h com todos os assuntos relacionados à greve resolvidos, terminou meia-hora após o estipulado por falta de quórum para resolver sobre os encaminhamentos. Assim começa a greve que, pela expectativa da maioria dos docentes que se pronunciaram a seu favor, deverá ser diferente das demais.

Alguns nomes para o Comando Local de Greve ficaram estipulados, mas sem definição de cargos. Ficou definida apenas a representante para o Comando Nacional, aprovado pela Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes) no mesmo dia 30, que será a professora Sandra Mendonça. Outras deliberações, como os integrantes das comissões de finanças, ética e adesão, serão definidas em reuniões posteriores.

As principais reivindicações dos professores são por reposição salarial de 18%, realização imediata de concursos públicos e incorporação de gratificações. O presidente da Apufsc, Carlos Soares, reiterou a importância de uma paralisação, mesmo com a fragilidade do atual momento político, pois o orçamento para o ano de 2006 está sendo votado nesse semestre. Soares também lembrou que "todas as categorias que enfrentaram o governo conseguiram previsão orçamentária para 2006", citando os exemplos de militares e funcionários da Receita Federal.

A dúvida que pairava no saguão lotado do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, onde ocorreu a Assembleia, foi repetida em várias explanações de professores. Seria essa a hora certa de começar uma greve? O professor Carlos Alberto, do Centro de Comunicação e Expressão (CCE), questionou a posição de vanguarda que a UFSC tomaria ao aprovar uma greve que teve apenas 38 votos a favor do indicativo, e sem ter certeza de quantas universidades tomariam a mesma atitude. [Ver gráfico abaixo] Já Yanira Piacentini, vice-diretora da Apufsc, defendeu que a greve já está atrasada, pois passaram todo o ano de 2004 avaliando a situação.

As intervenções mais aplaudidas por professores e pelos mais de 100 alunos presentes no local foram as que apoiavam a greve. A professora Margareth Pimenta, do curso de Arquitetura, lembrou que todas as paralisações começaram com poucos docentes, e que a atual é fundamental para que as instituições saiam vitoriosas da crise em que estão. Opinião contrária foi defendida por Lai Garcia, professora do CCE, afirmando que não queria "ser coro da uma alegria raivosa contra o governo Lula".

O auge das manifestações a favor da greve foi o pronunciamento da professora Magaly Mendonça, que declamou a música *Comportamento geral*, de Gonzaguinha. Frases como "você deve notar que não tem mais tutu, e dizer que não está preocupado" e "você deve aprender a baixar a cabeça e dizer sempre 'muito obrigado'", levaram a aplausos entusiasmados e demorados de todos que estavam no CFH.

Outro ponto que gerou muitos comentários foi a decisão de se fazer uma paralisação diferente das anteriores, com a participação efetiva de professores e alunos, que entraram em greve estudantil. As palavras mais usadas foram "greve de pijama", se referindo a todos as paralisações anteriores, e "ocupação da universidade", como forma de movimento a ser adotado. Roberto Garcia, professor de Engenharia Civil, pediu para que os grevistas não fossem para casa. Lembrou também que, normalmente, nesses momentos trabalham apenas a Apufsc e o Comando de Greve.

Tatyana Azevedo

Somente CED e CFH aderiram integralmente

Quando um professor do Centro Tecnológico (CTC), setor da universidade tradicionalmente conhecido como fura-greve, disse em assembleia que os docentes de alguns cursos de Engenharia apoiavam a paralisação, a expectativa que se formou era de que o movimento iria decolar logo em seu início. Essa imagem, no entanto, foi desconstruída ao fim dos primeiros dias. Foram poucos os centros de ensino que interromperam integralmente suas atividades na primeira semana de greve e, para a maioria dos alunos da UFSC, a greve só é sentida pela falta do Restaurante Universitário (RU) e da Biblioteca Central.

O Centro de Educação (CED) e o de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) foram os únicos que aderiram à paralisação. Foram realizadas assembleias nesses dois centros, onde foi decidida a entrada na greve. Além de professores e técnicos-administrativos, os estudantes também optaram por apoiar o movimento colocando, entretanto, algumas condições. O Centro Acadêmico de Biblioteconomia exige que a greve no seu departamento não seja parcial e que as aulas de reposição não aconteçam entre 24 de dezembro e 1º de fevereiro.

O Curso de Jornalismo também parou suas atividades, embora o Centro de Comunicação e Expressão ainda não tenha uma definição sobre o assunto. O CCE e outros Departamentos da UFSC estão agendando reuniões para decidir se param as atividades. Enquanto isso, alguns poucos professores seguem sem lecionar desde o dia em que a greve foi aprovada, e a maioria espera que o movimento ganhe força, ou uma decisão conjunta de seu departamento para aderirem.



Aula no CCS: nenhum docente do centro aderiu à greve

No CTC e no Centro de Ciências da Saúde (CCS) as aulas continuavam normais na primeira semana de greve. Somente os docentes do Departamento de Arquitetura haviam parado. Em virtude de alguns servidores grevistas, laboratórios não estavam sendo utilizados para aulas. Nenhum professor do CCS, apesar disso, aderiu à paralisação. Os docentes do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM) também desejam continuar as atividades, mesmo com alguns servidores em greve. "Quando estavam trabalhando eles já não apareciam, imagina agora que estão em greve. Nós aprendemos a nos virar sem eles", confidencia um estudante.

Uma reunião entre alunos e docentes do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) terminou com uma proposta que gerou polêmica. Leonardo Lago, presidente do tradicional Centro Acadêmico XI de Fevereiro (Caxif), do Curso de Direito, propôs que o departamento colocasse professores substitutos para dar aulas no lugar dos grevistas. "Como tínhamos só três professores em greve, eu queria encontrar uma forma para os alunos não serem prejudicados. Foi uma declaração precipitada e eu já me desculpei por isso".

Os próprios alunos do Direito ficaram contra o presidente do Caxif. Na saída da reunião, alguns alunos foram tirar satisfação sobre a proposta. Se nesse ponto Leonardo Lago esteve sozinho, em outro ele representa a opinião da maioria dos estudantes da universidade: "É injusto só as aulas da graduação pararem. Se é greve, a pós-graduação também tem que suspender as aulas e os professores pararem com seus projetos de extensão", argumenta.

Renato Machado

Quadro nacional de greve dos docentes das IFES

REGIÃO	UNIVERSIDADE	EM GREVE	INDICATIVO DE GREVE	ASSEMBLÉIA MARCADA	NÃO DELIBERARAM	NÃO ADERIRAM
REGIÃO SUL	U.F. de Santa Maria (UFSM)	✓				✓
	U.F. do Rio Grande (FURG)	✓				✓
	U.F. do Rio Grande do Sul (UFRGS)	✓				✓
	U.F. de Santa Catarina (UFSC)	✓				✓
	U.F. do Paraná (UFPR)	✓				✓
REGIÃO SUDESTE	U.F. de Pelotas (UFPEL)	✓				✓
	U.F. de São João del Rei (UFESJ)	✓				✓
	U.F. Fluminense (UFF)	✓				✓
	U.F. de Juiz de Fora (UFJF)	✓	Sem data	14/09		✓
	U.F. de Lavras (UFLA)	✓	Para 12/09	09/09		✓
	U.F. de Minas Gerais (UFMG)	✓	Para 12/09	12/09		✓
	U.F. de Ouro Preto (UFOP)	✓	Sem data			✓
	U.F. Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	✓				✓
	U.F. de São Carlos (UFSCar)	✓				✓
	U.F. de Uberlândia (UFU)	✓				✓
REGIÃO CENTRO-OESTE	U.F. de Viçosa (UFV)	✓				✓
	U.F. do Espírito Santo (UFES)	✓				✓
	U.F. do Espírito do Rio de Janeiro (UNIRIO)	✓				✓
	U.F. do Rio de Janeiro (UFRJ)	✓				✓
	U.F. de Itajubá (UNIFEI)	✓				✓
	U.F. de Goiás (UFG)	✓				✓
	U.F. de Mato Grosso (UFMT)	✓				✓
	U.F. do Mato Grosso do Sul (UFMS)	✓				✓
	U.F. do Vale do São Francisco (UNIVASF)	✓				✓
	U.F. de Alagoas (UFAL)	✓				✓
REGIÃO NORDESTE	U.F. da Bahia (UFBA)	✓				✓
	U.F. do Ceará (UFC)	✓				✓
	U.F. do Maranhão (UFMA)	✓				✓
	U.F. da Paraíba (UFPB)	✓				✓
	U.F. de Pernambuco (UFPE)	✓				✓
	U.F. Rural de Pernambuco (URPE)	✓				✓
	U.F. do Piauí (UFPI)	✓				✓
	U.F. do Rio Grande do Norte (UFRN)	✓				✓
	U.F. de Sergipe (UFS)	✓				✓
	U.F. de Campina Grande (UFGG)	✓				✓
REGIÃO NORTE	U.F. do Acre (UFAC)	✓				✓
	U.F. do Amapá (UNIFAP)	✓				✓
	U.F. do Amazonas (UFAM)	✓				✓
	U.F. do Pará (UFPA)	✓				✓
	U.F. Rural da Amazônia (UFRA)	✓				✓
	U.F. de Rondônia (UNIR)	✓				✓
	U.F. de Roraima (UFRR)	✓				✓
	U.F. de Tocantins (UFT)	✓				✓
	U.F. de Sergipe (UFS)	✓				✓
	U.F. de Pernambuco (UFPE)	✓				✓

Fonte: Andes (Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior)

Foto: Zero / André Veindami e Vladimir D'Andrade

TV de Chávez quer ser anti-CNN

Telesur propõe visão latina dos fatos, sem interferência dos conglomerados da mídia

Uma América Latina unida, respeitando seus valores culturais e livre do poder hegemônico de uma única nação. Esse era o sonho de Simon Bolívar, responsável pela independência de Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru e Equador, países dominados pela Espanha até o século XIX.

Esse também é o sonho, ou melhor, a meta da Telesur. Um canal de televisão lançado dia 24 de julho, 222º aniversário de Bolívar, criado a partir de seus ideais e financiado por Venezuela, Argentina, Uruguai e Cuba – países governados pela esquerda progressista. A idéia é ser um “meio que permita a todos os habitantes latino-americanos difundir seus próprios valores, divulgar sua própria imagem, debater suas próprias idéias e transmitir seus próprios conteúdos de forma livre e eqüitativa, para fazer frente ao discurso único sustentado pelas grandes corporações”, como está no sítio da emissora na Internet.

O ponto forte são os programas jornalísticos, ocupando aproximadamente metade da grade diária de programação. Beto Almeida, diretor multinacional, enfatiza que o jornalismo praticado na Telesur fugirá do padrão dominante da mídia. Seus pilares serão a educação e a conscientização, “marcadas pelo reconhecimento de que certos povos estão em luta por seus direitos”. Para Ignacio Ramonet, editor do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, a Telesur “é importante porque, atualmente, os meios de comunicação estão em crise. Não pela ausência de opção. Há vários meios, mas um único discurso”, ressalta.

Entre os principais temas abordados pelo canal estão a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), a tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, a presença militar dos Estados Unidos em países sul-americanos, a guerra pela água na Amazônia, os transgênicos e as atividades do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra).

Como exemplo de jornalismo hegemônico, e oposto ao da Telesur, está a rede americana CNN. Em entrevista para a Agência Carta Maior, Jorge Enrique Botero, diretor da Telesur, explica que a diferença está na forma de olhar a notícia, a partir de uma visão sul-americana dos fatos ocorridos no continente. Botero ainda acrescenta que a “Telesur será independente sempre, neutra jamais”, repetindo a frase da história em quadrinhos do cowboy Lucky Luke. Para o diretor, atualmente, existe um olhar jornalístico único, muitas vezes até ensinado nas faculdades. A idéia é quebrar essa forma pré-estabelecida de ver os fatos, valorizando a independência jornalística e não a objetividade, que o diretor acredita não existir.

Um dos apelidos que a Telesur recebeu, mesmo antes de seu lançamento, foi o de “Al-Bolívar”, em alusão à emissora árabe Al-Jazeera. É impossível não haver a comparação. Criada com o mesmo objetivo de se contrapor ao jornalismo produzido pela CNN, a Al-Jazeera é hoje mundialmente conhecida por suas imagens da guerra do Iraque, quase nunca veiculadas na emissora americana. Almeida diz que existe um acordo de cooperação entre as duas emissoras, o que já rendeu à rede árabe um escritório em Caracas.

Mas a movimentação que o canal está causando não passou despercebida pelo governo americano. A Câmara dos Representantes aprovou uma emenda que permite a transmissão de imagens e sons para a Venezuela, com a intenção de interferir no sinal do canal. A iniciativa foi do deputado republicano Connie Mack, da Flórida, com a justificativa de se contrapor ao anti-americanismo da emissora. Atitude parecida a essa foi tomada lançando a TV Martí, que emite sinal da Flórida para Cuba com mensagens contrárias ao governo de Fidel Castro. Anualmente, a TV Martí tem o orçamento de US\$ 26 milhões.

Os problemas enfrentados antes mesmo do lançamento do canal não se restringiram aos Estados Unidos. Um comercial da Telesur causou repercussão na Espanha. Nele, uma mulher aparecia cantando a música *A Luz de Tieta*, de Caetano Veloso.



Fidel e Chávez: financiadores do canal de jornalismo

O refrão – “eta, eta, eta, eta, é a lua, é o sol, é a luz de Tieta...” – seria uma forma de apoio ao grupo terrorista basco, ETA. Se não bastasse, mais um incidente levou a Telesur às manchetes dos jornais, dessa vez colombianos. Em um vídeo promocional, a imagem de Manuel Marulanda, líder das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), ganhou destaque. O governo colombiano se disse “magoado” e o presidente venezuelano Hugo Chávez respondeu dizendo que o objetivo era retratar fatos históricos do continente.

Telesur em números – A Telesur foi lançada com uma programação de quatro horas, repetidas durante todo o dia. “A intenção é chegar a oito horas de programação inédita em pouco tempo”,

diz Almeida. O investimento na emissora foi, inicialmente, de US\$ 10 milhões repartidos entre Venezuela (51%), Argentina (20%), Cuba (19%) e Uruguai (10%). Mais US\$ 2,5 milhões estão sendo usados para a compra de produções audiovisuais independentes. Não há verba de empresas privadas, pois o canal não veicula publicidade comercial. “A Telesur será sustentada pelos contribuintes, com orçamento público”, reforça Almeida.

A programação será enviada de Caracas, onde fica a sede da emissora. Mas o conteúdo não será todo produzido lá, tendo como uma das inovações os programas bilíngües – em espanhol e português – usando legendas. A Telesur conta com correspondentes em nove países, inclusive nos Estados Unidos. Algumas cidades com representantes da emissora são Brasília, Cidade do México, La Paz, Havana, Montevideu e Bogotá.

O sinal é enviado pelo satélite NSS 806, com cobertura para toda a América do Sul, América do Norte, Caribe, Euro-

pa Ocidental e norte da África. Para transmitir a Telesur, os canais precisam de um receptor digital de satélite e uma antena parabólica, que no Brasil custa em torno de R\$ 950,00. Para garantir, o canal já está mantendo contato com operadoras de cabo de vários países, canais comunitários, universitários, públicos e estatais.

Brasil fora – A ausência mais sentida entre os países membros é a do Brasil, que decidiu não entrar no grupo para financiar seu próprio canal, a TV Brasil Internacional. O fato gerou a versão de que o presidente Lula estaria com medo de uma indisposição diplomática com Washington. Para Almeida, o canal brasileiro não será concorrente da Telesur, e sim convergente. “O surgimento de emissoras estatais que mostram seu país para o mundo é uma forma de reequilibrar o panorama internacional”, destaca.

Mesmo assim, brasileiros farão parte da diretoria e do conselho assessor do canal. Beto Almeida é um deles. Presidente da TV Comunitária de Brasília, também é diretor multinacional da Telesur. Entre os conselheiros estão três nomes conhecidos: o escritor Fernando Morais, o cineasta Walter Salles Jr. e Orlando Senna, secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura.

Outra cooperação vinda do Brasil será da Radiobrás. Ela tem acordo para troca de acervo, recursos humanos e geração ao vivo de eventos ocorridos no Brasil. Entre os canais que também transmitirão a Telesur estão a TV Paraná Educativa, única de rede aberta, a TV Comunitária de Brasília, com aproximadamente 17 horas de transmissão diária, e canais comunitários do Rio de Janeiro (RJ), Niterói (RJ), Porto Alegre (RS), Cruz do Sul (RS) e Belo Horizonte (MG).

Em Florianópolis, a TV Floripa, canal quatro da NET, passou a transmitir a programação da Telesur em 6 de agosto. Guto Sisson, diretor de programação do canal, diz que a inclusão da TV Floripa foi rápida, pois eles já tinham o equipamento necessário. “Entramos em contato com o Beto Almeida e passamos a transmitir”, explica. O horário ainda é restrito, apenas aos sábados e domingos, das seis da tarde às nove da manhã, mas a intenção é estender para todos os dias da semana, durante a noite.

Rádiosur – Pouco tempo depois do lançamento da Telesur, Chávez já faz planos para a criação de outro instrumento de integração entre os países latinos. A idéia surgiu em um encontro dele com Tabaré Vázquez, presidente do Uruguai, em agosto. Chávez disse que Tabaré lhe deu a idéia de criar a Rádiosur, “uma rede mundial de estações de rádio unidas”.

Governo quer mostrar Brasil no exterior

A TV Brasil – Canal Público Internacional, como está sendo chamada pelo governo, tem o objetivo de estreitar as relações do Brasil com os países da América do Sul. Em pronunciamento durante a assinatura do acordo de cooperação com o canal internacional brasileiro, dia 10 de fevereiro, o presidente Luís Inácio Lula da Silva afirmou que “o processo de integração é irreversível” e que “nenhum instrumento será mais eficaz para a integração do que a Comunicação”.

A idéia de fazer um canal com informações sobre o Brasil voltado para um público estrangeiro surgiu logo no início do atual governo, em fevereiro de 2003. O jornalista José Roberto Garcez, diretor de Jornalismo da Radiobrás, conta que o projeto começou a ser articulado pelo presidente Lula e por José Sarney, então presidente do Senado, na viagem que fizeram até a Argentina para assistir à posse de Néstor Kirchner. Ao retornar, Lula incumbiu Eugênio Bucci, presidente da Radiobrás, de implantar o projeto.

No ano de 2004, o investimento foi de R\$ 5 milhões. Para esse ano, o orçamento foi elevado para R\$ 15 milhões. A TV Brasil incorpora os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, representados por Radiobrás, Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Comunicação do Governo e pelas TVs Justiça, Senado e Câmara. O Comitê Gestor é responsável pela orientação estratégica do canal, pela definição da sua linha de programação, pelas decisões financeiras e pela articulação com outros setores, públicos e privados, interessados no projeto.

Garcez diz que, ainda em 2005, começa a transmissão definitiva da TV Brasil. “A equipe já está praticamente montada”, explica. Serão 20 jornalistas e o mesmo número de técnicos, além de um núcleo administrativo. O edital para a contratação de serviços de satélite já foi lançado e a abertura das propostas será feita em setembro.

Até agora, a emissora fez duas transmissões experimentais. A primeira, no Fórum Social Mundial (FSM), realizado

em Porto Alegre, em janeiro e, outra, na Cúpula América do Sul – Países Árabes, em Brasília, no início de maio. Durante os seis dias da quinta edição do FSM, uma equipe de 40 profissionais produziu 90 horas de programação, entre debates, jornais ao vivo e o acompanhamento das principais atividades do evento. Na transmissão da TV Brasil para a Cúpula, a cobertura se estendeu a outros dois eventos – a Feira de Investimentos e o Seminário Internacional. Ao final de três dias, 42 horas de programação foram produzidas por 37 profissionais.

As transmissões dos dois eventos puderam ser captadas em todo o continente americano e em parte da África e da Europa ocidental. Mais de 20 emissoras e agências de notícias internacionais, como Reuters e ATPN, usaram imagens e informações do canal. A TV Brasil também pôde ser acessada pela Internet, através do sítio da Radiobrás.

Textos: Tatyana Azevedo

Justiça pune grande imprensa

Folha, Estadão e IstoÉ devem pagar R\$ 2,1 milhões para indenizar vítimas da Escola Base

Os jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e a revista *IstoÉ* foram os primeiros veículos de comunicação a serem condenados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo a pagar indenização para três das vítimas do caso Escola Base. O episódio se tornou um paradigma negativo do jornalismo brasileiro por ter condenado sem provas os acusados e por ter provocado danos psicológicos e materiais para seis pessoas, que depois foram inocentadas. Em 2003, Icushiro Shimada, Maria Aparecida Shimada e Maurício Alvarenga moveram processos por danos morais contra oito órgãos de imprensa e contra o Estado de São Paulo, que também sofreu ação por danos materiais. Até agora nenhum dos três recebeu alguma indenização.

No dia 11 de agosto, a empresa Folha da Manhã S.A. foi condenada a pagar R\$ 250 mil a cada um dos três ex-proprietários da escola. Na semana anterior, no dia 4, foi a vez da empresa S.A. O Estado de S.Paulo recebeu sentença de indenização de mesmo valor, devido à cobertura dos veículos *Jornal da Tarde* e *O Estado de S.Paulo*. No dia 19 de julho, a Editora Três, que publica a revista *IstoÉ*, foi condenada a indenizar em R\$ 200 mil cada um deles. A advogada da Editora Três, Cláudia Regina Soares dos Santos, diz que vai analisar a decisão judicial para verificar se cabe recurso. Dependendo do conteúdo do acórdão, ela pretende entrar com recursos no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal de uma só vez. Thais Gasparian, a advogada da *Folha* também pretende recorrer ao STJ e ao STF ao mesmo tempo. O advogado Manuel Alceu Afonso Ferreira, contratado pelo *Estadão*, vai verificar se cabe recurso no STJ.

As outras empresas processadas pelo casal Shimada e por Maurício Alvarenga são as emissoras SBT, Globo, Record, a TV e Rádio Bandeirantes, e a revista *Veja*. Os processos contra o SBT, e a TV e Rádio Bandeirantes foram mandados de volta para a primeira instância pelo Tribunal de Justiça, que arquivou a apelação contra a TV Record. A revista *Veja* e a TV Globo perderam na primeira instância e recorreram.

O processo contra o governo de São Paulo foi movido no ano de 1995 em decorrência da convicção apresentada pelo delegado Edécio Lemos em relação aos supostos abusos sexuais. A imprensa se baseou na certeza do delegado para sustentar a denúncia que, dois meses depois, se mostrou infundada. O advogado das três vítimas, Kalil Rocha Abdalla, entrou com ações por danos morais e danos materiais contra o Estado, além de pedir pensão para a professora Maria Aparecida Shimada, que ficou sem poder trabalhar devido à depredação da escola.

Em novembro de 2002, o STJ condenou o governo do Estado a pagar R\$ 250 mil a cada um dos três. O caso está atualmente no Supremo Tribunal Federal. A Fazenda do Estado de São Paulo recorreu, não havendo, portanto, decisão sobre a indenização. Também foi determinada uma perícia, sem data definida, para calcular os prejuízos da escola, avaliada em US\$ 60 mil por Icushiro Shimada em janeiro de 1994.

Mais processos- O casal Saulo da Costa Nunes e Mara Cristina França, também acusados injustamente no caso, entraram com ações contra a TV Globo e contra a Folha da Manhã S.A após os acontecimentos de 1994. No primeiro caso foi pedido R\$ 3,6 milhões. O juiz condenou o veículo a pagar R\$ 100 mil para cada um, mas a TV Globo recorreu ao Tribunal de Justiça. No processo contra a Folha da Manhã o valor pedido foi de R\$ 3,024 milhões, que também entrou com recurso no TJ.

Paula Milhim, professora e sócia de Maria Aparecida Shimada, moveu ações por danos morais contra as mães que denunciaram — Cléa Parente de Carvalho e Lúcia Eiko Tanoue Chang — e contra o Governo do Estado de SP, em 2001. O processo contra as mães está na 28ª Vara Cível Central de São Paulo, cabendo recurso após a decisão do juiz. O advogado Laércio Loureiro dos Santos cobra o pagamento de uma indenização de R\$ 250 mil de cada uma das mães. O mesmo valor foi cobrado do Estado.

Em 1999, Milhim contactou o governador de SP, Mário Covas, que baixou um decreto reconhecendo o débito com as vítimas do caso Escola Base. Porém, Covas morreu no ano seguinte, antes do pagamento da indenização. A nova administração não pagou, alegando a prescrição do prazo do pedido de indenização feito pela vítima (cinco anos completados em 1999), argumento combatido pelo advogado Laércio Loureiro, que diz que, ao assinar o decreto, o ex-governador renunciou implicitamente à prescrição do prazo. A negativa do governo motivou uma ação por danos morais contra o Estado devido às humilhações de 1994. O processo atualmente está na Vara da Fazenda Pública, aguardando decisão judicial, que também pode originar recurso.

Faltou checagem das informações oficiais

O caso Escola Base se tornou um marco negativo do jornalismo brasileiro devido a irresponsabilidade com que veículos, jornalistas e até apresentadores de televisão trataram as denúncias. Além da cobertura sensacionalista do extinto diário *Notícias Populares*, outros órgãos de imprensa também condenaram levemente os acusados. Foi o que aconteceu no programa *Aqui Agora*, do SBT, no qual um dos comentaristas pediu no ar “a castração do japonês”. Já a apresentadora Hebe Camargo sugeriu a pena de morte aos suspeitos, segundo a reportagem *A sangue frio*, de Roberto Pereira de Souza, publicada na revista *Imprensa*.

Depois de atestada a inocência dos acusados os jornais começaram a se redimir em editoriais. A *Folha de São Paulo* chegou a organizar um seminário interno para debater o assunto. Mas a pergunta que fica é: a imprensa foi a única culpada pelo chamado caso Escola Base? “Obviamente, não. A polícia não cumpriu corretamente o seu papel ao divulgar indícios que, naquele momento, eram muito frágeis”, responde

o jornalista Alex Ribeiro, autor do livro *Caso Escola Base – Os abusos da Imprensa*.

“O primeiro culpado foi o delegado que divulgou conclusões antes do final do inquérito”, concorda Luis Nassif, colunista da *Folha de São Paulo*. Na época, Nassif alertou em sua coluna no jornal: “Não há nenhuma prova conclusiva para as acusações. Não há laudos que comprovem definitivamente a prática de abusos sexuais”.

Por outro lado as fontes oficiais são necessárias para o exercício do jornalismo. “A imprensa, além de investigar, também leva em conta as fontes oficiais. Do contrário não precisaria fontes no jornalismo e qualquer jornalista diria o que bem entendesse. As fontes são fundamentais porque representam um conhecimento, uma atribuição, um cargo”, diz o professor e jornalista Francisco José Karam, autor do livro *Jornalismo, ética e liberdade*. Para ele a imprensa deve desconfiar de algumas fontes, mas não poderia desconsiderar a avaliação do delegado Edécio Lemos.

Lição- Após os erros, o que a imprensa brasileira aprendeu com os fatos de 1994? “Casos como esse nos obrigam a refletir sobre como exercemos nossa profissão. Ajuda a aperfeiçoar o jornalismo”, diz Alex Ribeiro. A lição? “Checar, checar, checar”, adverte. “Tem que se ouvir de fato todos os lados e usar bom senso e análises acuradas antes de tirar conclusões”, responde Nassif. Já Karam pondera que o tempo do jornalismo é diferente do policial e do judicial. “Se há um estupro, pedofilia ou assassinato, não se pode esperar o fim dos inquéritos para dar alguma coisa. A sociedade espera alguma informação”. Mas afirma que o caso demonstrou que há necessidade de “mais responsabilidade na apuração” e deve-se “desconfiar de fontes que querem se projetar por alguma razão ou querem vingança a qualquer custo”.



Vítimas: casal Shimada (acima), proprietários, Paula Milhim e Maurício Alvarenga

Donos e professores sofreram linchamento moral

O episódio que ficou conhecido como “Caso Escola Base” foi uma síntese de erros e prejulgamentos da imprensa e da polícia, que acabaram culminando no linchamento moral e psicológico dos acusados e no fechamento da Escola Infantil de Educação Base, situada no bairro paulistano Aclimação.

No dia 28 de março de 1994, Lúcia Chang e Cléa Parente de Carvalho, mães de alunos de quatro anos da escola, denunciaram supostos abusos sexuais de seus filhos cometidos pelo casal de proprietários Icushiro e Maria Aparecida Shimada, pela sócia Paula Milhim e seu marido Maurício Alvarenga, motorista da escola, e por Saulo da Costa Nunes e sua esposa, a professora Mara Cristina França. De acordo com as mães as crianças participavam de orgias sexuais, tendo sido até fotografadas e filmadas.

A denúncia se sustentou em decorrência de um laudo do Instituto Médico Legal que, apesar de não ser conclusivo, deu positivo “para a prática de atos libidinosos”, e da convicção demonstrada pelo delegado Edécio Lemos. Os suspeitos afirmaram inocência. Mas a imprensa transformou-os em culpados, influenciando a opinião pública. O jornal *Notícias Populares* (extinto em janeiro de 2001) publicou as manchetes mais sensacionalistas, como *Escola usou crianças do maternal no filme pornô*, *Professor ensinava a transar*, *Komibi era motel na escolinha do sexo*.

Porém, a fragilidade das provas e a prisão do casal Nunes levaram ao afastamento do delegado Edécio Lemos, substituído por Gérson Carvalho. O novo delegado pediu outro exame ao IML e uma avaliação das crianças com uma psicóloga. An-

bos negaram a possibilidade de abuso sexual. No primeiro laudo do Instituto as lesões encontradas podiam ser atribuídas tanto à penetração anal quanto à excreção de fezes ressecadas, que acabou sendo confirmada. No dia 22 de junho, o delegado inocentou os acusados. Como resultado do caso sobraram ameaças físicas e a Escola depredada e saqueada.

Traumas- As condenações apressadas e a excessiva exposição deixou traumas e marcas profundas na vida dos suspeitos. “Esse pesadelo não vai nos deixar nunca. Sempre haverá alguém que dirá que sou aquela que foi acusada de abuso sexual de crianças. Fomos estampados nos jornais e na TV como monstros”, desabafou Maria Aparecida Shimada, em entrevista à *Folha de São Paulo* na época.

Um ano depois o casal Paula Milhim e Maurício Alvarenga se separaram. Saulo e Mara Cristina faziam terapia juntos em sessões gratuitas na PUC. O casal Shimada continua morando em São Paulo, numa casa alugada. Endividados, não possuem nenhum patrimônio. Icushiro Shimada trabalha na sua fotocopiadora, em um espaço alugado. Maria Aparecida fez terapia e não sai mais de casa, de acordo com o advogado Kalil Rocha Abdalla, que defende o casal. Icushiro sofreu três infartos desde 94, um deles no decorrer das denúncias. Maurício Alvarenga está morando no interior do Estado, trabalhando como porteiro de um condomínio. Arredio, ele evita falar com as pessoas, inclusive com seu advogado.

Textos: Felipe Mendes

Matéria premiada condena o *Já*

Aclamada pela ARI em 2001, morte de irmão de governador gaúcho agora é punida no TJ

Uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em 12 de julho, condenou o jornalista Elmar Bones, editor do jornal *Já*, a pagar uma indenização no valor de R\$ 31.654,33 a Julieta Rigotto, mãe do atual governador gaúcho, Germano Rigotto (PMDB). Isso porque o jornal, que circula mensalmente nas bancas de Porto Alegre, publicou em maio de 2001 uma reportagem questionando a versão oficial da polícia sobre a morte de Lindomar Rigotto, irmão do governador, ocorrida em fevereiro daquele ano. Essa condenação ocorre dois anos após o jornalista ter sido absolvido em primeira instância nas varas Civil e Criminal da Justiça gaúcha. A reportagem que gerou essa batalha judicial entre a publicação e a família de Rigotto foi premiada pela ARI, Associação Riograndense de Imprensa em 2001. Segundo a polícia, Lindomar foi assassinado em uma perseguição a assaltantes que teriam roubado uma de suas casas noturnas na praia de Atlântida, no litoral gaúcho. Mas a reportagem foi mais a fundo e descobriu outros fatos na vida do irmão do atual governador.

Pouco antes de sua morte, a Justiça havia declarado todos os seus bens indisponíveis por causa de uma acusação de desvio de recursos públicos. A partir de 1987, quando começou a trabalhar como assistente da direção financeira da companhia de energia elétrica do Rio Grande do Sul (CEEE), Lindomar esteve envolvido em irregularidades financeiras na empresa. De acordo com a reportagem, durante o período em que trabalhou na CEEE, a empresa foi lesada em US\$ 65 milhões, resultado de irregularidades em contratos com 11 empresas para a construção de subestações de energia.

Além dos indícios de irregularidades com dinheiro público, o irmão do atual governador gaúcho era investigado pela Polícia pela morte de sua esposa – uma ex-garota de programa, que caiu do 10º andar de seu apartamento em 1998. Ele chegou a ser indiciado na época, por suspeitas de ter participado da morte, mas com o seu assassinato o caso foi encerrado.

Bones ainda estuda medidas para recorrer dessa sentença judicial. Para o jornalista, a reportagem tem a intenção de esclarecer a morte de Lindomar, e não de denegrir sua imagem. “As pessoas precisam saber o que acontece com essas personalidades públicas”, pensa o jornalista, que vê sua reportagem como de conteúdo político, porque fala de poder e interesse público, mas não acredita que ela faz pré-julgamentos partidários sobre a vida de Lindomar. “Minha preocupação era dizer que essa morte não estava suficientemente esclarecida”, afirma. Sobre uma possível interferência do próprio governador nessa segunda sentença judicial, Bones acredita ter sido um “erro político” de Rigotto. “Se eles não tivessem me processado, esse caso teria morrido”, avalia.

Esta não é a primeira vez que o jornal *Já* se vê envolvido em disputas contra poderosos no Rio Grande do Sul. Fundado em 1985 por um grupo de intelectuais de Porto Alegre, numa espécie de cooperativa jornalística, o jornal é conhecido por defender interesses de minorias e excluídos. “Nosso slogan é dar espaço a quem não tem espaço”, explica Bones. Ele chegou ao jornal em dezembro daquele ano, e vem acompanhando as mudanças na publicação desde aquela época.

No início, o *Já* tinha uma proposta de fazer um jornalismo crítico, com artigos e reportagens aprofundadas sobre temas locais e nacionais. Por conta da baixa vendagem, e da resistência entre alguns donos de bancas a vender a publicação, o *Já* voltou suas atenções ao bairro do Bom Fim, no Centro de Porto Alegre e passou a ser distribuído gratuitamente. De 1988 até hoje, sua cobertura abrange especialmente fatos do bairro e imediações. É considerado o melhor jornal de bairro da capital gaúcha. Em 2004 foi relançada a versão paga do jornal, que retoma a idéia inicial de publicar grandes reportagens. Uma delas venceu o Prêmio Esso de Jornalismo.

Fundado em um contexto de monopólio da RBS sobre a imprensa gaúcha, o jornal *Já* se caracteriza pela crítica aos grandes conglomerados jornalísticos. “Os jornais hoje em dia estão copiando uns aos outros, não há diversidade de pensamento”, protesta o jornalista, que vê em um modelo adotado pelo *Já* a saída para essa crise criativa: todos os repórteres do jornal são incentivados a sair da redação para apurar suas matérias e usar o mínimo dos recursos da Internet. “Repórter quando está na ‘zona de conforto’ de sua redação escreve mal”, avalia Bones.

Leo Branco

Revista *Les* rompe mitos e aborda situações e dilemas do lesbianismo

Seis horas da tarde é o horário de maior movimento na banca de revistas Trianon I, na avenida Paulista em São Paulo. Ana Cláudia não se importa com isso e com decisão aborda a vendedora: “Tem a revista *Les*?”. Depois de um tempo a funcionária retorna com um exemplar na mão e passa o olho sobre a capa. Antes que tenha tempo de raciocinar sobre a manchete principal – *Casamento ou parceria civil?* – Ana Cláudia interrompe e emenda: “São cinco reais, não é? Muito obrigada”. Se teve dúvidas sobre o conteúdo da revista, a vendedora saberia do que se trata ao folhear algumas páginas. Um artigo intitulado *Meu pai é gay, e daí?*, ou então uma reportagem sobre a 9ª Manifestação GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais) revelam o teor da publicação e para quem ela é destinada.

A *Les* foi fundada em maio, mês em que ocorreu a parada gay na capital paulista. Sua proposta é ser uma revista feminina, assim como a *Claudia* e a *Nova*, voltada, no entanto, para um público homossexual. Além das tradicionais matérias de estética e de comportamento, a publicação traz informações de relevância para lésbicas e relata situações e dilemas de quem faz parte desse grupo.

“As lésbicas são mulheres normais. Pessoas que vão ao banco, compram cigarro e se preocupam com o lado feminino”, diz Ana Azevedo, a diretora de redação da *Les*. “A diferença é que por sua opção sexual, elas enfrentam questões familiares, religiosas e políticas”, explica.

Para ela, a revista procura abordar essas questões trazendo informações sobre os direitos dos homossexuais ou experiências de quem vive essa realidade. Em suas duas edições, a publicação abordou temas como parceria civil, partilha de bens em casos de separação e o tratamento dado pelas religiões ao relacionamento entre pessoas do mesmo sexo.

O sítio da revista na Internet traz uma seção de consultoria jurídica, para e qual os interessados enviam perguntas que são respondidas por advogados especializados em direitos dos homossexuais.

Uma outra característica da *Les* é tentar desvincular a imagem do homossexualismo com a promiscuidade e a apelação sexual. Ao longo das 18 páginas da revista, não há fotos de mulheres em poses sensuais ou textos que evoquem erotismo. “Isso (sensualidade) faz parte do universo gay, assim como faz parte da vida dos heteros. Mas os gays não são só isso. São pessoas completas”, diz Azevedo.

A revista traz, no entanto, dicas e informações sobre sexualidade. São reportagens que estimulam a quebra de paradigmas, como o que envolve a masturbação, e instruem sobre a prevenção de doenças. Em uma delas, a repórter Raquel Melo critica a falta de informações na sociedade sobre saúde sexual para as lésbicas. Segundo ela, esse conteúdo está restrito ao universo masculino, reforçando uma cultura machista histórica no Brasil.

“Todo mundo se mobiliza, distribui camisinhas, informa-

tivos para o povo nas paradas gays e acha que cumpriu seu papel. E a prevenção entre mulheres que amam mulheres?”, questiona Melo, em reportagem presente na segunda edição. O conteúdo da *Les*, embora seja elogiado por líderes dos movimentos homossexuais, também vem recebendo algumas críticas. A *homepage* Mix Brasil, especializado em cultura GLS, fez uma análise do segundo número da revista e apontou erros. Segundo o sítio, a *Les* traz reportagens que não se enquadram em uma publicação homossexual, como uma sobre gripe canina. “Talvez tenha faltado um

parágrafo redentor explicando os motivos desse tema ser o primeiro a aparecer em uma revista lésbica”, diz o texto do Mix Brasil.

Dificuldades da revista- Ao contrário do que se possa prever, as jornalistas que trabalham para *Les* não são todas homossexuais. Dentre todas as repórteres e colaboradoras, aproximadamente metade são de heterossexuais e há ainda dois homens no quadro da revista.

Dentre as lésbicas, há tanto mulheres que militam em movimentos, como aquelas que assumem sua opção sexual, mas com uma postura mais discreta.

Ana Azevedo, diretora de redação, acredita que a heterogeneidade entre os funcionários é importante para que o homossexualismo seja tratado pela revista na dose certa.

“Quem é militante tem uma maneira mais apaixonada de abordar a causa. Mas elas são importantes porque são mais ferrenhas na hora de tratar sobre os direitos e combater os preconceitos”, alerta.

A *Les*, no entanto, não é uma publicação de movimento. Dentre suas leitoras, estão mulheres que resistem em assumir sua homossexualidade. Muitas delas, ao fazer a assinatura da revista, pedem que os exemplares sejam entregues em envelopes escuros ou mesmo em endereços que não sejam sua

residência para não serem associadas ao lesbianismo. A revista é vendida em algumas bancas de São Paulo e nas livrarias Cultura da capital paulista, de Recife, Porto Alegre e Brasília. No restante do país, ela só pode ser adquirida através de assinaturas. “Como não temos muitos anunciantes, fica muito difícil tirar uma tiragem expressiva, atualmente em três mil exemplares, e colocar em um maior número de bancas sai caro”, afirma Azevedo.

Todos os anunciantes da revista estão ligados ao universo homossexual. São clínicas de estética, agências de viagem que organizam excursões para gays e escritórios de advocacia especializados nos direitos desse grupo. Embora a expectativa dos responsáveis pela *Les* seja de que a revista vá prosperar e abranger uma grande parte do país, um aviso na primeira página da revista sugere ressalvas: “A AZM Editora garante aos assinantes a restituição em reais do preço pago antecipadamente em caso de descontinuação desta publicação”.

Renato Machado



Azevedo: quebra de preconceitos

NYTimes inova e funde redações

Jornal americano planeja concluir integração em 2007 com mudança para a nova sede

A convergência entre jornalismo impresso e digital enfim começou na grande mídia dos Estados Unidos. No dia 2 de agosto, o jornal *The New York Times* anunciou a futura integração física das redações de suas versões impressa e *on-line*, que ocorrerá de forma gradual. As duas equipes trabalham em prédios diferentes há dez anos. Desta maneira, o veículo torna-se o pioneiro na concretização da profecia de Rupert Murdoch, polêmico magnata da mídia, "Os grandes jornais, se quiserem sobreviver, terão de se casar com a internet". No caso do *NYT*, o matrimônio já tem data marcada para 2007, quando a empresa finalizará o processo de fusão com a inauguração de sua nova sede na Times Square.

Um comunicado interno divulgou oficialmente a mudança. Assinado por Bill Keller, editor-executivo do jornal, e Martin Nisenholtz, o vice-presidente de operações digitais, o documento admite que atualmente não existe cooperação integral entre as duas redações e, por isso, visa colaborações mais freqüentes entre os grupos nas coberturas jornalísticas. Keller explica que a integração não está acontecendo por questões financeiras. Contudo, o professor de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Nilson Lage, acredita que a unificação vai ajudar na redução dos custos, como transporte, alimentação e hospedagem. Tendo economia de gastos ou não, o *Times* pretende investir mais dinheiro no treinamento dos jornalistas em novas mídias, a fim de explorar melhor o potencial da Internet.

À espera da nova sede, a integração física das redações só ocorrerá daqui a dois anos. De imediato, apenas alguns repórteres da versão *on-line* passarão a trabalhar na redação do jornal, que não comporta muita gente. Para amenizar as dificuldades iniciais, a empresa busca alcançar uma sinergia maior. Uma das primeiras mudanças será ampliar a participação dos editores da página virtual nas reuniões diárias de pauta e de planejamento do diário. Em contrapartida, todos no jornal impresso ficarão responsáveis também pela edição digital e haverá profissionais específicos que determinarão onde as notícias deverão ser publicadas.

A mudança da versão *on-line* será pautada pela reorganização da estrutura e da mentalidade da empresa na maneira de se fazer jornalismo na Internet, além de dar destaque maior para conteúdos multimídia. Bill Keller espera que a medida possibilite a produção de conteúdo exclusivo para o sítio, com vídeos, *blogs* e outras formas de interatividade, tendo em vista que mais de 80% dos usuários regulares têm acesso à Internet de alta velocidade. "Planejamos diminuir e eventualmente eliminar a diferença entre jornalistas das duas áreas para reorganizar a produção do jornalismo digital, nas formas que são familiares para ambos e ainda estão para ser inventadas", esclarece. "Alguns fotógrafos e editores de foto do *NYT*, por exemplo, estão ansiosos por começar a tornar os vídeos uma parte natural do trabalho deles. E a equipe de reportagem está muito mais preparada para trabalhar com a *web*", ressalta o editor-executivo.



O editor-executivo Bill Keller: sinergia visa maior colaboração entre as redações e valoriza produção multimídia

No ar há dez anos, o *NYT.com* é o jornal eletrônico mais lido do mundo. Em junho, o sítio registrou 11,2 milhões de visitantes apenas nos EUA e 14,3 milhões em todo o mundo. No ponto de vista de Keller, a decisão de criar a redação *on-line* separadamente da equipe da publicação impressa mostrou-se acertada. "Foi provavelmente um preparação saudável nestes anos formativos, porque permitiu que nossa operação digital crescesse, experimentasse, se movesse de acordo com o seu próprio ritmo e se focasse no novo e competitivo mundo digital."

Na visão do jornal concorrente *Washington Post*, a proposta do *New York Times* em integrar as redações do jornal impresso e digital apaga uma linha divisória que a própria publicação nova-iorquina criou uma década atrás, quando aderiu à Internet. "Não é a primeira organização de notícias a tomar esta medida, no entanto é a mais proeminente", analisa o diário da capital estadunidense. Jornais menores, como o *Tampa Tribune*, foram além ao adicionar a televisão a um conjunto de operações de notícias comandadas a partir de

mídia, considera a integração um passo óbvio, se não tardio, para um setor que precisa achar uma estratégia de negócio com a qual possa trabalhar. "É inevitável, eu acho que, com o passar do tempo, mais e mais pessoas vão migrar para a *web*", diz. "Faz uma década que nossos sistemas escolares vêm treinando os jovens a usar o teclado do computador para obter informação".

Por outro lado, o professor Nilson Lage acredita que haja espaço suficiente para a coexistência do jornalismo impresso e digital. "São produtos diferentes, cada um com seu gênero de matéria e linguagem próprios, embora o da *web* ainda não esteja bem definido", justifica. Lage explica que o jornalismo *on-line* funciona como apuração primária, faz uma cobertura imediata, mais dinâmica. Já o impresso é mais profundo, faz uma cobertura analítica dos fatos com uma visão coerente. "O jornal pode ser mostrado na Internet, mas a Internet não pode ser o jornal", resume.

O diretor do Digital Deliverance LLC, consultoria de publicação *on-line*, Vin Crosbie, é favorável à ação do *Times*. "Atualmente, organizações como o *New York Times* precisam reportar as notícias por meio dos vários modos que as pessoas querem ver, seja impresso, digital ou pela TV. Não é sensato ter redações separadas por mais tempo", pondera. De acordo com Len Apcar, editor-chefe do *NYTimes.com*, a medida da empresa decreta oficialmente as alterações que estavam sendo trabalhadas. De acordo com o editor, a direção do jornal percebeu que não poderia aguardar a mudança para a nova sede em 2007 para iniciar a integração. "Todo mundo tem de investir mais na Internet, não há dúvidas sobre isso".

Apcar disse que a página vem sendo rentável há algum tempo, mas o objetivo é encontrar caminhos para que a operação *on-line* tenha uma participação maior no faturamento da companhia. O primeiro grande teste será no dia 19 de setembro, quando o *NYTimes.com* lançará o *TimesSelect*, seu serviço de assinatura digital, com taxa anual de US\$ 50.

Rodrigo Schmitt

Acúmulo de funções preocupa jornalistas

Os jornalistas do *New York Times* podem, por ora, ficar tranquilos. A integração das redações do jornal não prevê reduções do número de empregados. O desemprego talvez não aflija os trabalhadores, mas há outros problemas. Para Barry Lipton, presidente do Sindicato de Jornais de Nova York, que representa funcionários dos dois grupos, a direção do *Times* está realizando um movimento construtivo. Mas o sindicato requisitou um encontro com a direção do jornal por causa de questões levantadas pela integração planejada. Lipton relata que funcionários da redação *on-line* trabalham sob um contrato separado que contém um cláusula que impede a migração de obrigações da redação da versão impressa para a edição digital.

A cláusula foi originalmente designada para proteger os trabalhadores do impresso, que tendem a ganhar mais do que seus companheiros da *web*. "Na ocasião, estávamos preocupados que eles tentassem redirecionar funções para o grupo do sítio. Agora, isso obviamente vai ser o centro das discussões", salienta o sindicalista. Na opinião do jornalista Eithevaldo Siqueira, colunista da seção de tecnologia do jornal *O Estado de São Paulo*, a única saída nesse caso seria mu-



Keller: brigas à vista

dar a cláusula do contrato. "O jornalista tem que ser polivalente. O tempo das cláusulas rígidas, típicas da visão sindical, está sendo superado em todo o mundo", analisa.

Bill Keller, editor-executivo do *NYT*, promete atenção à questão: "Seremos bem cuidadosos para não deixar que essa integração vire um caminho de migração das funções de editores mais bem pagos para os trabalhadores menos assalariados. Obviamente trabalharemos com os representantes do sindicato para assegurar-lhes de que isto não vai acontecer". O Sindicato de Jornais de Nova York representa 30 funcionários do *NYTimes.com*, e mais de mil trabalhadores do impresso, sob um contrato de oito anos que expira em 2011.

Outro ponto é o acúmulo de funções dos editores do jornal, que passarão a cuidar também das editorias da versão *on-line*. A integração significa que um determinado grupo de editores será responsável pelos dois setores, pelo desenvolvimento do planejamento e criação de novos modos de apresentar a informação. Eithevaldo Siqueira, acredita que não haverá maiores problemas nessa mudança. "Afinal, o grande jornalismo do futuro será eletrônico, virtual", antecipa. (RS)

Little Boy e Fat Man mataram mais de 100 mil civis e deram vitória aos americanos

Há 60 anos o mundo assistia a uma cena inédita. No dia 6 de agosto de 1945, caía sobre a cidade de Hiroshima, no Japão, a primeira bomba usada contra uma população civil. O horror tomou conta do lugar. A cerca de 500 metros



Bomb dome: fantasma incômodo

do solo, a bomba nuclear Little Boy explodiu no céu de Hiroshima. A onda de calor gerada pela explosão ultrapassou cinco milhões de graus centígrados. Setenta mil pessoas foram mortas, entre elas 20 mil crianças. Quase 70% das construções da cidade foram destruídas. A imagem do perigo nuclear está associada até hoje ao que foi visto na ocasião: a cena do cogumelo atômico.

Três dias depois, a cena se repetiu. A cidade escolhida era Kokura, mas o mau tempo do dia 9 condenou Nagasaki ao novo bombardeio. A Fat Man - nome escolhido para a segunda bomba em homenagem a Winston Churchill, primeiro-ministro inglês na época - matou cerca de 40 mil japoneses e deixou cerca de 13 mil construções completamente queimadas. Com esses dois feitos, os Estados Unidos saem vitoriosos e põem fim à II Guerra Mundial. Juntando os dois ataques, mais de 100 mil pessoas morreram e outros milhares perderam a vida nos anos seguintes por complicações causadas pela radiação. O motivo dos EUA para lançar as bombas ainda gera polêmica. Alguns historiadores afirmam ter sido um aviso à União Soviética sobre o poderio bélico americano. Outros acreditam que uma demonstração do poder da bomba seria suficiente para que o Japão se rendesse.

Efeitos da explosão - Em um raio de um quilômetro a partir do ponto zero onde caiu a bomba de Hiroshima, mais de 26 mil pessoas morreram instantaneamente. Apenas sobreviveram os que se encontravam nos abrigos antiaéreos e nos poucos prédios de concreto reforçado. Entre um e 2,5 quilômetros do ponto zero, morreram cerca de 40 mil moradores. Todas as casas dessa região foram severamente destruídas. Dos 55 hospitais da cidade, apenas três ficaram em condições de uso. Cerca de 90% dos médicos e enfermeiros da cidade morreram no ataque.

Em Nagasaki, em até um quilômetro em

torno do ponto zero, a área foi completamente devastada. Quase todas as pessoas morreram ou ficaram gravemente feridas com a força da explosão e pela onda de calor. Esse mesmo calor e a onda de choque mataram ou feriram mais de 60% da população que se encontrava entre um e 2,5 quilômetros. Muitos morreram vítimas de estilhaços carrega-

dos pelos ventos superiores a 300 quilômetros por hora. Mais de 200 mil pessoas morreram por decorrência da bomba até 1950. Nos 30 anos seguintes, outras 97 mil morreram de vários tipos de câncer associados à radiação.

Contexto - Segunda Guerra Mundial. Em maio de 1945, havia acabado a guerra na Europa. Hitler já havia se suicidado. Berlim estava em ruínas e ocupada pelo Exército Vermelho. Os territórios libertados dos nazistas foram divididos entre os aliados e esses discutiam o mundo pós-guerra. No entanto o Japão ainda resistia. Os japoneses dominavam imensas faixas do continente asiático: a Coreia, a Manchúria, todo o Norte da China e importantes áreas costeiras no Sul, a Indochina francesa, a Malásia, a Tailândia e metade da Birmânia. Três anos após sua entrada na guerra, o império que havia edificado permanecia praticamente intacto. Sua tática de guerra eram seus pilotos suicidas, os *kamikazes*, que se atiravam junto com seus aviões sobre os navios americanos.

Os EUA concentram seus ataques agora para desestabilizar o Japão. Desde junho de 1945, o país vinha cedendo domínios importantes no Pacífico Sul. Cidades como Nagoya e Okinawa se encontravam arrasadas. Tóquio, a capital, ficou destruída depois de um bombardeio de 334 aviões americanos, os B-29. "A rendição, porém era um tema polêmico tanto para japoneses, quanto para americanos. Mas, pelo menos quatro tentativas de rendição negociada foram feitas pelos japoneses antes de Hiroshima", garante Justin Libby, professor especialista em Relações Internacionais da Universidade de Indiana, nos EUA, à revista *Aventuras na História*. Então o presidente americano Harry Truman ordenou o ataque nuclear.

Hiroshima atualmente é uma cidade industrial de cerca de 1,1 milhão de habitantes. No entanto, em meio às suas ruas movimentadas e prédios modernos, ainda podem ser vistas marcas da catástrofe. O Bomb Dome, um dos únicos prédios próximos ao epicentro a terem resistido de pé ao ataque, é mantido assim até hoje para lembrar a tragédia.

Sanguinário exército do Japão tenta ressurgir para temor dos vizinhos

A Constituição pacifista adotada pelo Japão após sua rendição na II Guerra Mundial está em xeque. As animosidades entre o país e seus vizinhos - Coreia do Sul, China e Coreia do Norte - podem trazer o exército japonês de volta ao jogo militar. No ano passado, com o apoio da maioria da população, o governo criou um plano para modificar essa Constituição. No início de agosto, o Partido Liberal Democrático, do primeiro-ministro Junichiro Koizumi, propôs que o país desistisse da renúncia à guerra como um princípio nacional e ressuscitasse o "direito à beligerância do Estado".

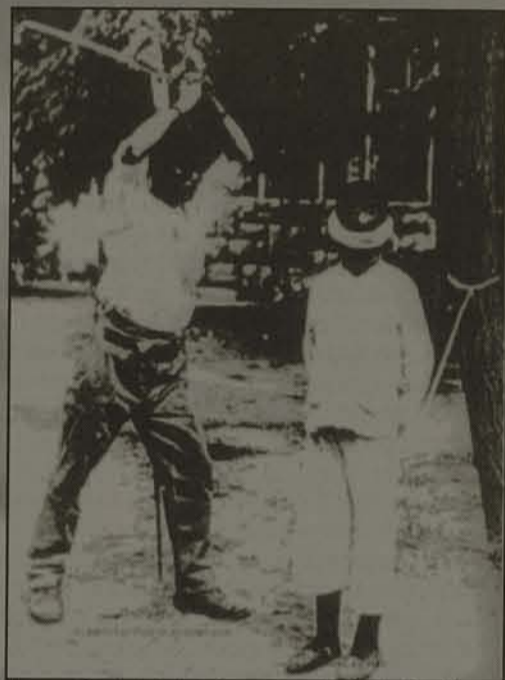
Embora os Estados Unidos tenham escrito a Constituição aceita pelo Japão, o apoio de Washington à quebra das regras tem estreitado as relações entre os dois países. As relações estiveram tensas econômica e comercialmente durante o governo Clinton. Desde o 11 de setembro, o pacifismo japonês tem ficado cada vez mais pra trás. No final de 2001, o país colocou uma força-tarefa de *destroyers* no Oceano Índico, além de uma frota de petroleiros, para colaborar com as operações da frota aliada no Afeganistão. Após a queda de Saddam Hussein, Tóquio mandou mil soldados para apoiar os americanos no sul do Iraque. O medo de um eventual ataque de mísseis norte-coreanos aproxima o Japão dos EUA.

Mesmo que essa tentativa japonesa de ter novamente um exército de ataque seja cuidadosamente não violenta, Pequim, Seul e Pyongyang - capitais da China, Coreia do Sul e Coreia do Norte, respectivamente - não deixam de ter um pé atrás. Quando eram colônia japonesa, entre 1910 e 1945, os coreanos se recordam muito bem da opressão e humilhação sofridas. Os chineses não esquecem as centenas de milhares de mortos durante os 15 anos que durou o conflito com o Japão, iniciado na década de 30 e que resultou na segunda guerra sino-japonesa.

Colaborando para essa hesitação dos vizinhos, há no Japão quem negue que algo de errado existia na intenção japonesa de conquistar o Leste Asiático ou no comportamento dos soldados que participavam dessa guerra. Diante disso, algumas disputas entre o Japão e seus vizinhos sobre o controle de ilhas e águas territoriais parecem mais ameaçadoras. Um clima de hostilidade tem tomado conta da Ásia por conta de propagandas nacionalistas de todos os lados, o que faz o jogo dos conservadores japoneses que desejavam desde sempre que o país volte a ser uma "nação normal".

Esse temor tem feito com que a região pareça instável depois de uma relativa estabilidade pós Guerra do Vietnã. No dia 15 de agosto, ocorreu o 60º aniversário da rendição japonesa na II Guerra Mundial. Enquanto a China e a Coreia do Sul comemoravam o dia de sua libertação e a "restauração da luz", no Japão, os jornais estampavam manchetes como: *Não deixe que a China dite...* e *A China é uma nação terrorista*. Isso porque a China não permitiu que o primeiro-ministro do Japão visitasse o país. Recentemente, um jornal japonês citou um ex-político conservador que afirmou que o clima político atual o faz lembrar o Japão pré-guerra.

O Japão adotou, nos anos 40, a Constituição pacifista redigida pelo grupo do general Douglas MacArthur, proibindo a manutenção de Forças Armadas e renunciando à guerra. A pedido, Tóquio montou uma milícia após o início da Guerra da Coreia, em 1950, que originou as Forças de Autodefesa, em 1954. Por grande parte de sua existência esse exército apenas figurou no país. Porém, a partir da década de 90, após não ter se unido à coalizão da Guerra do Golfo, o Japão passou a contribuir com contingente para operações de pacificação da ONU, em lugares como Timor Leste, Camboja, Colinas de Golan e Moçambique.



Execução de prisioneiro na ocupação do Pacífico

Países do Oriente Médio e Ásia lideram nova corrida por tecnologia de armas nucleares

No Parque da Paz, no centro de Hiroshima, encontra-se a Chama da Paz, que só será apagada quando o mundo estiver livre de armas nucleares. Vai demorar muito quando se analisa o cenário mundial. Estados Unidos, Rússia, França, China, Reino Unido, Índia e Paquistão são potências nucleares declaradas. Entre os países que se negam a divulgar que tenham ou que possam vir a ter bombas atômicas estão Israel, Coreia do Norte e Irã.

O Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), assinado em 1968, não permitia que os países detentores de armas nucleares na época transferissem a tecnologia ou as usasse contra outras nações. Mas permitia que os demais países desenvolvessem tecnologia nuclear para abastecimento de energia com fins pacíficos. No período da Guerra Fria, a Rússia tinha cerca de 45 mil mísseis e os Estados Unidos 32 mil. Atualmente, têm em torno de 16 mil e 10 mil.

Mesmo com a existência de um tratado, o que se vê é que ele não é seguido à risca. Há países que não

assinaram, como é o caso de Israel e também países que o abandonaram, a Coreia do Norte. Um caso recente de não cumprimento vem da própria Coreia. O cientista paquistanês Abdul Qadeer Khan confessou venda ilegal da tecnologia para Líbia, Irã e Coreia do Norte. O órgão responsável por regular o uso da tecnologia nuclear é a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Mas nem sempre consegue inspecionar os países signatários.

Israel - Na década de 50 iniciou a construção de seu primeiro reator nuclear, com a ajuda da França. Tentaram enganar o mundo e seus aliados americanos por décadas, ocultando que desenvolviam bombas atômicas, embora possuísse dezenas de ogivas nucleares e já tivesse realizado testes. Israel nunca assinou o TNP, porém permite que a AIEA realize inspeções limitadas.

Índia e Paquistão - Ambos tornaram-se potências nucleares quando a Índia fez, em maio de 1974, seu primeiro teste atômico. O Paquistão, para se equi-

parar no conflito da Caxemira, criou sua "bomba islâmica". Por vários anos essa região foi o mais perigoso local de conflitos do mundo.

Coreia do Norte - Pelo menos desde os anos 80, o país vem trabalhando para desenvolver bombas atômicas. A tecnologia básica saiu do Paquistão. Apesar de ter assinado o TNP, a Coreia enriquecia urânio em segredo. Descoberta pelos EUA, foi incluída pelo presidente George Walker Bush no "eixo do mal". Por isso a Coreia não permitiu mais inspeções da AIEA e saiu do TNP, declarando, em 2003, já possuir a bomba atômica. Não há comprovação, mas especialistas acreditam que isso mantém a Coreia do Norte longe de um ataque americano. O jornal japonês *Asahi Shimbun* garantiu, em 21 de agosto, que a Coreia havia acionado novamente um reator nuclear. Para o jornal, o reator é o mesmo que produziu em maio 8 mil barras de combustível nuclear.

Irã - Por 18 anos, o país escondeu seu programa de enriquecimento de urânio. Ocultando seu projeto,

o Irã violou o TNP. Agora além de ter anunciado a retomada das atividades de enriquecimento de urânio, tem também um reator de água pesada em construção. Esse tipo de reator pode fornecer plutônio, fonte alternativa de combustível necessário para uma explosão nuclear. Os iranianos alegam que só tem o objetivo de geração de energia e que isso é permitido. Vários países tentam negociar o cancelamento do programa, entre eles Alemanha, França e Reino Unido. Terá quer que o Brasil e a África do Sul se envolvam nas negociações. Se até o início de setembro, o país não apresentar progressos na interrupção do programa nuclear, o governo iraniano será levado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Lá poderá sofrer sanções.

Brasil - O Brasil está incluído na lista de países com ambições nucleares ao lado da Líbia, África do Sul, Egito e Japão. Todos fazem parte dos possíveis interessados em reviver seus antigos projetos nucleares abandonados.

Textos: André Vendrami

Sobrevivente recorda tragédia

Kazumi escapou da morte em Nagasaki, não culpa EUA e acha que Japão faria o mesmo

Kazumi e Wataro Ogawa nasceram em Nagasaki, no Japão, e hoje moram no Brasil. Eles tinham 16 anos quando ocorreram os ataques atômicos em Hiroshima e em sua cidade natal. Presenciaram morte e dor, mas hoje não possuem mágoa do inédito bombardeio e querem transmitir uma mensagem de paz. Vieram para o Brasil em 1961, com mais cinco famílias para recomeçar suas vidas. Acabaram se instalando no interior de Santa Catarina, onde fundaram uma colônia japonesa, no município de Frei Rogério.

Kazumi estudava e também trabalhava em uma fábrica de armamentos, que ficava no centro de Nagasaki, a uns 20 quilômetros de sua casa. No dia 9 de agosto de 1945, dia da segunda explosão no Japão, ele acordou às quatro da manhã para ir trabalhar. Mas sua mãe, com medo de alguma bomba, achou melhor que ele não fosse. Mesmo assim, ele se dirigiu até um porto para pegar um navio para o centro. Lá encontrou um amigo que também achava perigoso ir trabalhar neste dia. Resolveram ficar.

No momento do ataque, exatamente às 11h02, Kazumi não estava em casa. Ele permaneceu com o seu amigo e ouviu um grande estrondo junto com uma intensa luz, que fez com que cobrisse os olhos imediatamente e se jogasse ao chão. Mais ou menos um minuto depois, uma fumaça muito grande no céu em forma de cogumelo, chamou sua atenção. Ele não tinha a menor idéia do que poderia ser aquilo, sua primeira sensação foi de medo.

Como Kazumi não estava com os seus pais no momento da bomba, seu irmão mais novo foi procurá-lo no centro de Nagasaki logo após a explosão. Com isso, recebeu quantidade maior de radioatividade que seus outros familiares e perdeu os cabelos semanas depois do ataque. Morreu no Brasil vítima de câncer.



Kazumi: "Tudo estava queimado. A escola, a fábrica, todo o caminho"

Na região próxima de sua casa, não ocorreram muitos estragos por causa da distância do centro da bomba. Kazumi só teve noção do tamanho da destruição quando foi ao foco da explosão. "Tudo estava queimado. Minha escola, a fábrica, todo o caminho. Muitos amigos e parentes meus morreram. As pessoas machucadas estavam saindo do centro. Um amigo meu me chamou, mas eu não o reconheci, porque ele estava com o rosto todo queimado". Kazumi supõe que dos 360 colegas de aula que ele tinha, só 120 retornaram à escola.

Kazumi testemunha que os japoneses não tinham noção da situação do país na II Guerra Mundial. "Eles incentivavam o patriotismo nas escolas, os atos de heroísmo como os *kamikazes*. Além disso, em sua propaganda o Japão dominava a guerra, o que deixou muita gente decepcionada quando o país se rendeu". Kazumi não tem mágoa dos americanos. "Era uma guerra e eles usavam as armas possíveis. Poderia ter sido o Japão que tivesse feito isso com os Estados Unidos, agora eu procuro transmitir a paz, sem mágoa."



Sino que veio de Nagasaki virou signo da paz

"Vi barcos cheios de pessoas mortas"

Descrição de Wataro dois dias após primeira bomba

Wataro nasceu em Nagasaki, no Japão, mas estava numa ilha de Hiroshima no dia 6 de agosto de 1945, quando ocorreu a primeira explosão. Ele era militar e estava com mais trinta colegas do pelotão de guerra. Distante do centro (não sabe afirmar quanto) só viu realmente a destruição dois dias depois. "Vi barcos cheios de pessoas mortas. Tinha gente no mar, boiando, morta, como quando morre muito peixe em um rio", lembra.



O sortido Wataro

Ele ficou muito preocupado quando soube que em Nagasaki, onde morava, também havia tido uma explosão. Logo que pode, em 15 de agosto de 1945, voltou para sua cidade para rever seus familiares. Para sua alegria, em sua casa somente algumas telhas e vidros quebraram, mas para sua tristeza, muitos amigos foram morrendo gradativamente pelos efeitos da radioatividade.

Durante o caminho de Hiroshima para Nagasaki, Wataro pegou um trem que deveria chegar até sua casa. Mas por causa da bomba, parou antes do ponto de descida habitual. Wataro teve que percorrer mais de 8 quilômetros a pé e, no caminho, viu toda a destruição da cidade. "Havia pessoas mortas, casas, prédios, tudo queimado. Olhando para aquilo percebi que a guerra não é uma coisa para se praticar."

Aos quinze anos, Wataro se alistou para o exército japonês. "As escolas só diziam que o Japão era mais forte e que os Estados Unidos era inimigo. Eu só tinha isso na cabeça." Quando o imperador anunciou o final da guerra, Wataro ficou triste, mas logo depois sentiu-se aliviado porque poderia ver o que tinha acontecido com os seus familiares em Nagasaki.

Textos: Daiane Schmitt

RESENHA: HIROSHIMA

Hersey expõe terror atômico

Um clarão mais forte que o sol cortou o céu daquela manhã. Em questão de minutos, a cidade de Hiroshima, no Japão, anoiçou em uma nuvem enorme de poeira e fumaça, que já se estendia verticalmente, em forma de cogumelo, por mais de dez quilômetros acima do solo — em ângulo reto com outros dez de extensão territorial, onde restou a devastação e um saldo de quase cem mil mortos instantaneamente.

Os Estados Unidos estavam determinados a esconder do mundo as dramáticas consequências do lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima, em 6 de agosto de 1945. Mas a verdade, se não chocou, ao menos causou desconforto naquelas pessoas que tiveram acesso ao exemplar da revista *The New Yorker* de 31 de agosto de 1946. A edição abdicara de seu conteúdo habitual para dedicar todas as páginas ao relato de John Hersey sobre as experiências de seis sobreviventes da explosão.

Até aquele momento, o impacto da bomba em Hiroshima se limitava a estatísticas e números frios. Hersey mostrou que, por trás daqueles dados, a bomba alterou injustamente o destino de muita gente — aliás, muito mais gente do que se noticiava até então. Cerca de um milhão de pessoas tiveram suas vidas afetadas de alguma maneira. Aqueles seis personagens escolhidos, na verdade, contavam um pouco da história de cada ser humano — amigos, vizinhos, familiares, desconhecidos — que sofreu com a tragédia.

A pura verdade — que saltava do papel, depois de tanto tempo soterrada por jogos de interesses. E nada mais. A crueldade do episódio em Hiroshima falou por si. Não foi preciso apelar para sensacionalismo e emocionar o leitor. O texto prende a atenção do início ao fim. E, ao repórter, bastou relatar objetivamente aquilo que ouviu.

Em termos de compromisso com a realidade, Hersey foi mais além e se preocupou em dar o mesmo peso a cada pequena recordação dos entrevistados. Qualquer detalhe era igualmente válido: subjetividades, gestos, pensamentos, escolhas, julgamentos, lembranças inusitadas — tudo aquilo que o jornalismo tradicional, nem sempre de maneira acertada, tende a selecionar e censurar. O grande mérito de Hersey está justamente na apuração profunda e detalhada.

A todo o momento, se depara com o singular, o curioso — como a cena da jovem que, em meio a um número incontável de mortos e feridos largados pelos cantos, agarrou-se a um resquício de vaidade concentrada em costurar um pequeno rasgo em seu quimono. O autor não foi indiferente ao esse toque de sensibilidade contido na solidez dos fatos que relatou.

Impossível não se enternecer com sua perplexidade poética, quando se dá conta de que, "no primeiro momento da era atômica", foram livros — e não outra coisa — que imprensaram um ser humano nos escombros de uma fábrica de fundição de estanho. Ou com a reflexão sutil sobre a fragilidade da condição humana ao dar voz ao conflito homem *versus* máquina do médico que, vendo tanto sofrimento, perdeu o senso da situação e "tornou-se um autômato, limpando, engessando e enfaixando mecanicamente; limpando, engessando e enfaixando mecanicamente." Da mesma forma, a vergonha do homem que, ao passar por tantos mutilados, feridos e queimados, pedia-lhes perdão por ter escapado ileso.

A reportagem, aclamada pela crítica como a melhor do século, originou o livro *Hiroshima*. Na década de 80, Hersey voltou ao cenário da explosão e reencontrou alguns de seus entrevistados. O livro foi reeditado, agora completo, com o desenrolar de 40 anos passados desde o episódio.

Hersey poupou sua própria opinião usando a fala dos entrevistados, mas, ao contrário do que diz Humberto Werneck, não deixa de ter uma posição clara. E é justamente ela a responsável por revelar o inadiável: os horrores daquela experiência que marcou o início da chamada era atômica. Só por isso *Hiroshima* já faz jus ao título de melhor reportagem de todos os tempos, como é considerada.

Em parte por causa da dosagem certa entre objetividade e sensibilidade e da intercalação das histórias pela qual o autor optou, *Hiroshima* é sempre citada entre os ícones do Novo Jornalismo ou Jornalismo Literário. Uma história sobre sofrimento e dor, sem meias-palavras na hora de expor as injustiças às quais foram submetidas tantas pessoas inocentes. Mas, sobretudo, uma história sobre solidariedade, força de vontade e o desejo de continuar vivo.

Fernanda Fava

Muito mais do que um filósofo

Atitude e pensamento crítico são o legado do maior existencialista de todos os tempos

Jornalista, escritor, dramaturgo, teatrólogo, filósofo e maior intelectual do existencialismo, Jean-Paul Charles Aimard Sartre nasceu em 21 de junho de 1905, em Paris. Ficou órfão de pai muito cedo — Jean-Baptiste Sartre, um jovem oficial da marinha, morreu antes mesmo de o filho completar dois anos de idade. A mãe, Anne-Marie Schweitzer, não viu outra alternativa senão mudar-se para a casa dos pais, em Meudon, nos arredores da capital francesa. A educação de Sartre ficou, depois disso, a cargo do avô materno, Charles Schweitzer. A ausência da figura paterna foi, para muitos, a explicação do comportamento radical e essencialmente livre, traços marcantes de uma personalidade que Jean-Paul Sartre desenvolveria anos mais tarde.

Apesar da boa condição social, não teve uma infância feliz. Cresceu afastado de amigos e desconhecia qualquer grau de relacionamento que não fosse o estritamente familiar, uma vez que o avô, um professor de alemão, protestante e pertencente à burguesia francesa, lhe impunha uma disciplina severa. Essa situação, porém, contribuiu para a formação de um dos maiores e mais importantes pensadores do século XX: como ficava solitário a maior parte do tempo, acabou se dedicando muito cedo à literatura e à escrita. “Por ter descoberto o mundo através da linguagem, tomei durante muito tempo a linguagem pelo mundo. Existir era possuir uma marca registrada, alguma porta nas tábuas infinitas do Verbo; escrever era gravar nela seres novos e essa foi minha mais tenaz ilusão, a de colher as coisas vivas nas armadilhas das frases”, dizia.

Aos dez anos, alimentou o sonho precoce de se tornar escritor, quando foi presenteado com uma máquina de escrever. Fez dela um instrumento de trabalho para toda a vida e não mais parou de registrar seus pensamentos e idéias, amparados por uma mente imaginativa e por uma cultura cada vez mais fortalecida pela leitura. O avô, no entanto, desaprovava o esforço de Sartre, porque não via na literatura um futuro sólido e de sucesso. Queria que o neto estudasse para ser professor e no ano de 1924, fez com que ele ingressasse no curso de filosofia da *École Normale Supérieure* (Escola Normal Superior). Não tanto pela genialidade, e mais pelo interesse nas aulas dos grandes pensadores, especialmente as de Alain (1868-1951), que Sartre obteve destaque durante os cinco anos em que esteve na universidade.

Foi nesse período também que conheceu a mulher que lhe acompanharia o resto dos anos: a escritora Simone de Beauvoir. Parisiense e nascida em uma família tão burguesa quanto a de Sartre, foi uma das mais importantes fundadoras do feminismo filosófico. Assim como ele, estudou filosofia. Lecionou entre 1931 e 1943 e, depois da Segunda Guerra Mundial, dedicou-se inteiramente às letras. Ocupados com amores paralelos e cúmplices de eterna infidelidade, permaneceram unidos pela visão crítica e contestadora de tudo e todos, muito peculiar aos dois. Juntos formaram o casal mais rebelde e contraditório de que se ouviu falar. O mais moderno à época, pelo menos.

Para a consolidação das idéias de Sartre, no entanto, o período decisivo foi outro. Quando começou a II Guerra Mundial, ele foi convocado a cumprir serviço militar nas trincheiras, mas alguns de seus textos e publicações, a exemplo de *Melancolia* (1938) e *A náusea* (1939), já causavam impacto extraordinário na França. Baseado nas teorias existencialistas de Heidegger e Karl Jaspers, difundiu sua própria formulação filosófica na obra *O ser e o nada* (1943), calcada principalmente no exercício da liberdade e no ateísmo. Para ele, não existia um Deus superior que criava seres humanos de acordo com um conceito, nem uma essência específica capaz de fazer do homem um ser bom ou ruim, certo ou errado. Sartre acreditava que cada um subsistia de forma consciente e livre, responsável por aquilo que poderia fazer ou ser. Deus nada mais seria do que uma forma inventada por humanos, para que lhes escapassem as responsabilidades da vida cotidiana.

Em outras palavras, um indivíduo não poderia apenas “ser”, mas teria de exercer uma liberdade no sentido de “tornar-se” alguém. O “ser-em-si” acabava delimitando a atividade dos homens, provocando uma ansiedade chamada por Sartre de náusea existencial. Esse pensamento conduz a uma teoria ideal da liberdade, no sentido de que o “ser-para-si” define-



Apesar de seus equívocos, foi intelectual engajado, atuante e responsável pela criação do diário *Libération*

Psicanálise existencial), colocou que o homem é quem escolhe o que vai captar ou não de sua própria consciência, e que não é possível usar “o inconsciente” - que, na verdade, não admite existir - como desculpa para qualquer tipo de comportamento. “Somos responsáveis por nossas emoções, visto que há maneiras que escolhemos para reagir frente ao mundo. Somos também responsáveis pelos traços duradouros da nossa própria personalidade. Não podemos dizer, sou tímido, como se isto fosse um fato imutável, uma vez que nossa timidez representa a forma como agimos, e que podemos escolher agir diferentemente”, enfatizava.

Uniu-se a Fidel Castro, Che Guevara, a intelectuais como Levi-Strauss, Michel Leiris e Raymond Aron, à sempre companheira Simone de Beauvoir e outros tantos, para debater o presente, contestar imposições e incentivar o debate crítico. Foi um homem de excessos: bebia demais, fumava demais e era dependente de anfetaminas. A imprensa o criticava até pelo exagero de idéias divulgadas e pelo esnobismo intelectual, de forma que nunca lhe sobrou espaço na mídia, além daquele que ele mesmo criava. Referiam-se a Sartre como louco, revolucionário e, pelo menos em vida, esquecido nos meios sociais e universitários. Quando muito, era citado como sendo o escritor que recebeu o Nobel de Literatura em 1964, e que, por motivos desconhecidos, acabou recusando o prêmio. De qualquer forma, a partir de Paris, adequou o pensamento, a moda, o *look* e as próprias pessoas ao “jeito Sartre”, puro e essencialmente existencialista.

Nos últimos anos de vida, ficou cego e teve a saúde abalada, até que faleceu em abril de 1980, devido a um câncer pulmonar. Um grande número de pessoas, estimado em 25 mil, acompanhou o funeral. Essa popularidade, adquirida ao término da Segunda Guerra Mundial e que ele próprio não imaginava ter, ocorreu por um único motivo: Sartre foi o único filósofo que teve algo de positivo e esperançoso a dizer, quando o mundo todo estava submerso em tragédias, e bombas, e horrores, ainda tentando se recuperar de um conflito que desestabilizara nações. “Ainda vivo profundamente a esperança como concepção do futuro”, declarou pouco antes de morrer. Em um contexto político, nada mais atual.

se como uma ação e a primeira condição da ação é a liberdade: todo homem é aquilo que escolhe ser. Para o existencialismo sartreano, que também poderia se traduzir como uma forma radical de humanismo, Deus era dispensável, porque todos os valores e dogmas nada mais eram do que criações do próprio homem. Era inadmissível que os atos das pessoas fossem atribuídos a fatores externos, tais como meio ambiente, convivência social, hereditariedade, pressões políticas ou familiares. “Nós estamos sozinhos, e sem desculpas; o valor da vida depende do sentido que cada um escolhe para si mesmo”, pregava o filósofo.

No campo teórico, toda a ideologia de Sartre aparecia nas obras literárias de análises rigorosamente técnicas, das quais também se destacam *Questão de método* e *Crítica da razão dialética* (1960). Outras produções paralelas, como romances e peças teatrais, ilustravam as teses produzidas: Jean-Paul Sartre colocava em cena personagens que viviam dramas existenciais abordados nas obras doutrinárias. Assim fez com as narrativas *A idade da razão*, *Sursis*, com a composição teatral *Entre quatro paredes*, entre outros. Não se pode esquecer também do engajamento político, fundado na extinção das classes e na oposição aos regimes ditatoriais vigentes. No período da guerra fundou o Grupo Socialismo e Liberdade, que editou o jornal homônimo e, anos depois, a revista *Tempos modernos* (1945). As duas atividades serviram para discutir os rumos políticos do mundo pós-guerra e para propagar a tese de que uma sociedade perfeita só seria possível sem distinção de grupos.

Outra contribuição importante de Sartre referiu-se ao campo da psicanálise. Em contraposição com o determinismo psíquico de Freud, impôs a idéia de que tudo o que está na mente é proposital. Abordando temas da teoria existencialista (daí a razão do nome

Susana Steil

Copyleft enfrenta corporações

Alternativa ignora direitos autorais e usa Internet para facilitar acesso ao conhecimento

"Permita a reprodução parcial ou total da obra e sua difusão por via telemática para uso pessoal dos leitores, sob condição de que não seja com fins comerciais". Essa singela frase encerra a filosofia do *copyleft*, uma das maiores reviravoltas da história da propriedade intelectual: a subversão do chamado *copyright*, que durante três séculos regulou as práticas que orientam a distribuição de bens culturais no mundo.

A história do movimento remete aos anos 80 e à rebeldia do programador Richard Stallman do MIT (Massachusetts Institute of Technology). Ele foi impedido de acessar o código fonte de um programa que ajudara a desenvolver. Esse código permite que se copie e altere os *softwares* e era usado livremente pelos programadores como forma de aprimoramento dos produtos e troca de experiências, até as grandes corporações se apossarem desse conhecimento através das leis de proteção à propriedade intelectual.

Stallman criou, em 1985, a Fundação de Software Livre, um grupo de profissionais trabalhando com programas de código aberto e compartilhando suas experiências com quem quer que fosse. Para proteger as crias das garras de empresas como a Microsoft, ele registrou as invenções como domínio público, mas adicionou uma cláusula que viria a se tornar uma espécie de brecha na legislação existente: a permissão de cópias e alterações a qualquer pessoa, desde que a obra não fosse comercializada ou impedida de circular.

A essa inversão do conceito de *copyright* foi dado o nome de *copyleft*, trocadilho que alude, de uma só vez, à esquerda política, à permissão das cópias e ao oposto de direito ou propriedade. A idéia veio de um amigo de Stallman, que escreveu no fim de uma carta: "*Copyleft: all rights reversed*", ou todos os direitos invertidos, ao invés do convencional "*Copyright: all rights reserved*", que significa todos os direitos reservados. Sob a idéia de propriedade livre foram criadas várias licenças com pequenas variantes, sendo a GPL, Licença Pública Geral em português, a primeira delas. O coletivo de escritores italianos Wu Ming, "anônimo" em chinês mandarim, utiliza a licença Creative Commons para disponibilizar gratuitamente seus livros na Internet. A questão monetária não é problema para eles: "cada vez mais experiências editoriais demonstram que a lógica 'cópia pirateada = cópia vendida' de lógico não tem mesmo nada", prega o membro batizado de Wu Ming 1 no artigo *O Copyleft explicado às crianças*.

Segundo ele as pessoas lêem os livros gratuitamente na *web*, mas na hora de presentear os amigos acabam comprando exemplares nas livrarias. "Há quem tenha pego um livro nosso e, depois de lê-lo, o deu de presente pelo menos seis ou sete vezes", diz o escritor. Ainda nesse raciocínio, a indústria da editoração nada teria a temer com a democratização dos meios de reprodução, ao contrário de outras como a fonográfica, por exemplo.

A cópia pirata do exemplo de Wu Ming 1 não é considerada por ele um crime, mas sim um exemplo de desobediência civil, porque é feita de maneira aberta e como forma de contestar a legislação. A pirataria como conhecemos é praticada às escondidas, reconhecendo a validade da lei. "Todo industrial pirata não podia aspirar a coisa maior do que transformar sua indústria pirata numa indústria legal e passar a utilizar assim os direitos autorais a seu favor", exemplifica Pablo Ortellado ativista do Centro de Mídia Independente (CMI) em artigo na revista *Pl4y*.

Software livre- A Fundação de Software Livre, criada por Stallman, ganhou força no início da década de noventa através da internet. Num esforço para criar uma alternativa ao sistema



operacional DOS da Microsoft, Linus Torvalds, então estudante de ciência da computação da Universidade de Helsinque criou, em 1992, a mais bem-sucedida experiência do ramo: o sistema operacional Linux, eterna pedra no sapato das grandes empresas de *software* e concorrente do Windows.

Nesses três anos, a idéia de Torvalds ganhou o mundo e diversos programas passaram a ser desenvolvidos para o seu sistema. A característica marcante dessa nova produção, além do fato de ser inteiramente gratuita, é a possibilidade de um constante aperfeiçoamento e adequação de suas características, que podem ser realizados em qualquer lugar do planeta através da manipulação dos códigos-fonte, disponibilizados integralmente.

A tecnologia, considerada mais segura e estável, é utilizada pela NASA, pela IBM, e está sendo estudada para implantação na China, no Japão, na Coreia do Sul, na União Europeia, entre outros países. O Brasil gasta anualmente US\$ 1,1 bilhão pelo uso das licenças dos programas de computador. A direção do Banco do Brasil anunciou em abril que vai instalar Linux nos servidores e fazer uma economia de R\$ 13 milhões.

A maior empresa do setor, a Microsoft, operadora de uma espécie de monopólio da informática em todo mundo, emprega 30 mil funcionários em Seattle, Estados Unidos. Sérgio Amadeu da Silveira, presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, explica em seu livro *Software livre e inclusão digital* que o sistema Linux conta com a colaboração de mais de 400 mil programadores espalhados pelo mundo.

Código fonte- A idéia de disponibilizar o conhecimento sobre os procedimentos de criação dos produtos já extrapolou o mundo virtual. Estudantes de informática de Copenhague, na Dinamarca, criaram a primeira cerveja de "código aberto" do mundo. Utilizando o mesmo raciocínio dos *softwares* livres, o artista Ramus Nielsen desafiou os universitários a aplicarem o conceito do código aberto fora do mundo digital.

A proposta foi feita durante uma palestra que Nielsen fazia sobre propriedade intelectual e patentes na Universidade de Informática. Cerca de 15 estudantes resolveram colocar em prática a idéia utilizando um produto que os estimulasse: a cerveja, que já foi batizada de *Vores Oel* (Nossa cerveja). Ela leva guaraná em sua composição e, como se trata de uma primeira tentativa, recebeu o rótulo de Versão 1.0.

A receita está disponível na página criada pelos estudantes na internet e pode ser alterada e aperfeiçoada, desde que a nova composição seja também compartilhada. As novas cervejas podem ser comercializadas, desde que dêem o crédito à "Nossa Cerveja", como determina a licença Creative Commons. Nilsen já sonha em usar a filosofia do código aberto no desenvolvimento de medicamentos contra a AIDS para países em desenvolvimento.

História do *copyright* evidencia proteção aos conglomerados culturais

As primeiras leis sobre propriedade intelectual são inglesas e datam de 1710. Tinham como objetivo, na época, garantir a retribuição ao artista ou inventor pelo seu trabalho. Já nesse tempo a noção de posse e propriedade estava bastante enraizada na filosofia por trás do capitalismo em expansão. Porém, figuras como Thomas Jefferson, um dos fundadores do escritório de patentes dos Estados Unidos, chegaram a questionar se o mesmo princípio utilizado para proteger os bens materiais valeria para as idéias. "No momento em que a divulga, ela (a idéia) é forçosamente possuída por todo mundo e aquele que a recebe não consegue se desembaraçar dela", confessou no ano de 1813 em carta a Isaac McPherson. Thomas Jefferson dizia que o sistema de patentes não é natural, mas opta por instituí-lo em seu país como forma de recompensar, com bens materiais, os artistas e inventores. A constituição americana prevê que o Congresso deve assegurar aos autores e criadores o direito exclusivo de utilização de suas obras, por um tempo limitado. O pai dessa proteção ressalva que a longa duração dessa exclusividade ou outros entraves à circulação das idéias acaba por prejudicar o povo e seu progresso científico e intelectual.

Benjamin Franklin, grande inventor contemporâneo a Thomas Jefferson, sempre se recusou a patentear suas muitas criações. "Uma vez que tiramos grandes vantagens das invenções alheias, devemos ficar felizes de ter uma oportunidade de servir aos outros com quaisquer de nossas próprias invenções", justificou em sua autobiografia.

A polêmica continuou, 28 anos depois, com o historiador inglês Thomas Babington Macauley criticando no parlamento um projeto de lei que ampliava o direito autoral de 20 para 60 anos, após a morte do autor. Para ele, essa proteção criava um monopólio sobre a obra e isso não era bom para a sociedade, apesar de permitir que o autor fosse remunerado. "Para que se consiga o que é bom, devemos nos submeter ao ruim", afirmou na ocasião. Macauley observava que dividendos que perdurassem até 60 anos após a morte do autor não poderiam, de forma alguma, estimular ou recompensar a criação de alguém. Os americanos aumentaram gradualmente esse tempo de exploração da propriedade intelectual, que começou cobrindo períodos de 14 anos, renováveis por mais 14, em 1790, para toda a vida do autor mais 50 anos depois de seu falecimento, alteração feita em 1976. A justificativa das empresas, que pressionavam o governo, era a adequação das leis de direitos autorais ao estipulado pela Convenção de Berna, à qual o país se integraria por completo 13 anos depois.

Essa decisão de 1976 previa ainda um período de exclusividade de 75 anos após a publicação ou 100 anos após a criação, para obras encomendadas por empresas. Foi o fruto de uma década e meia de intenso *lobby* das empresas, que permitiu nove adiamentos extraordinários dos períodos de expiração da utilização dos direitos, desde 1962.

A década de 90 se aproximava e com ela a preocupação das gigantes Walt Disney e Time Warner com os personagens Mickey Mouse, Pluto, Pateta, Pato Donald e Pernalonga, todos previstos para entrar em domínio público no início do milênio. Filmes como *E o Vento Levou* também integravam a lista. A solução foi pressionar mais uma vez o Congresso, que aumentou o tempo de exploração exclusiva da propriedade intelectual para 70 anos após a morte do autor, se o direito fosse propriedade de uma pessoa. Se pertencesse a uma empresa, o tempo aumentaria para 95 anos.

Saiba mais:

www.wumingfoundation.com/
www.conradeditora.com.br/hotsite/54/

Textos: Roberto Saraiva



Stallman: precursor radical



Fernando Morais não se intimida

Autor conta como reagiu à censura do livro Na toca dos leões e fala de novos projetos

Um livro apreendido pela Justiça e o silêncio imposto por multa de R\$ 5 mil a cada comentário a respeito do trecho proibido de *Na toca dos leões* não foram suficientes para calar Fernando Morais. Após brigar em duas instâncias pela anulação da sentença do juiz Jeová Sardinha, da 7ª Vara Cível de Goiânia, o jornalista e escritor mineiro de 59 anos, autor dos consagrados *A ilha*, *Olga*, *Corações sujos* e *Chatô – O rei do Brasil*, diz que silenciar seria um péssimo exemplo e um péssimo precedente. A briga em torno do livro de Morais começou no dia 4 de maio, quando o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO) – integrante da bancada ruralista e fundador da União Democrática Rural (UDR) – conseguiu a liminar que permitia o recolhimento de todos os exemplares da obra. Conforme os autos, o livro faz uma referência a Caiado, considerada injuriosa. Segundo nota publicada pelo *O Estado de São Paulo* em 1989, quando se candidatou à Presidência, Caiado procurou a W/Brasil para fazer sua campanha. Sobre o encontro, o livro conta que “o candidato, médico, defendeu a esterilização das mulheres por meio de um remédio adicionado à água”. Caiado argumenta que não foi ouvido pelo autor do livro e que jamais disse esta frase. Em passagem por Florianópolis, entre os dias 21 e 23 de junho, Morais falou ao *Zero*. Sobre política, jornalismo e, claro, sobre censura.

Zero- Como está a situação de seu livro? Fernando Morais-

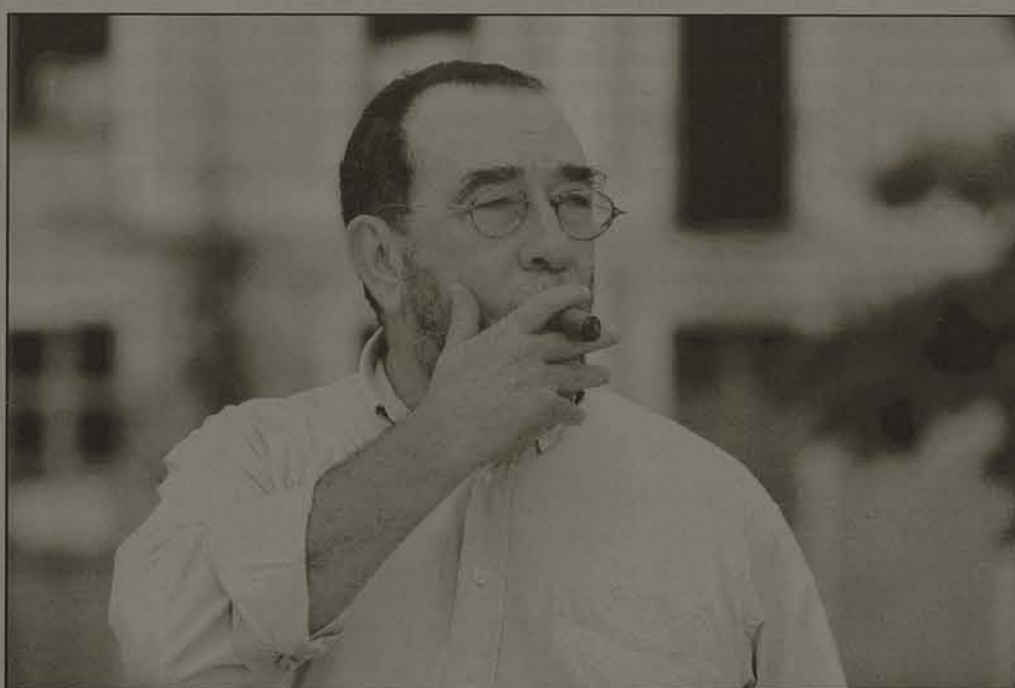
Uma semana depois de lançado, o livro foi objeto de duas proibições, tudo a pedido do deputado Ronaldo Caiado, que se sentiu ofendido com uma parte da obra à qual eu não posso me referir. Em primeiro lugar, o juiz baixou duas sentenças; a primeira mandando recolher o livro em todo país e a segunda me impondo um silêncio a respeito do trecho. No caso de eu contrariar a sentença e fazer alguma declaração estou sujeito a uma multa de R\$ 5 mil por declaração. Recorremos, eu e meus advogados, em primeira instância em Goiás e perdemos. Recorremos em segunda instância e perdemos por unanimidade. Agora estamos à espera de recorrer na terceira instância ainda em Goiás, o que reduz muito nossas esperanças considerando que a família Caiado controla o Estado há cem anos. Nossa expectativa é de que quando for para Brasília, assim que recorrermos ao STJ, isso acabe.

Z- O livro, apesar de ter sido proibido, ainda pode ser encontrado em várias livrarias do país. Como está sendo feita a fiscalização e a apreensão?

FM- O problema é o seguinte: diferentemente de uma rede de bancos, que é controlada pela sede em SP, no Rio, a distribuição de livros no Brasil é um negócio muito primitivo. Porque, primeiro, a editora não distribui, ela terceiriza a distribuição em geral para uma grande distribuidora nacional, que por sua vez terceiriza para pequenas distribuidoras estaduais ou regionais que, por sua vez, dão para ambulantes que às vezes vendem livro em cidades do interior, bancas de jornal, em farmácias, etc. Então é difícil controlar. E tem uma outra peculiaridade: esse livro deixou de pertencer à editora. Se você é uma distribuidora aqui de Florianópolis e eu te mando cinco mil livros, você me paga, eu ponho o dinheiro no bolso e o problema é seu. Então você encontra o livro em muitos lugares. Eu tenho andado pelo Brasil, eu estou cumprindo a lei, não estou falando. Mas eu tenho andado e as pessoas me chamam para autografar livros, eu não estou cometendo crime nenhum, a lei não me proibiu de autografar livros.

Z- Você disse que a reação por parte da sociedade está sendo de apoio, você recebe muitas mensagens solidárias. Você acredita que daqui a pouco o fato se vire contra o deputado, ligando ele à imagem negativa de censura?

FM- Uma coisa precisa ficar muito clara: eu não retiro do senhor Ronaldo Caiado o direito de ir à Justiça e exigir que eu prove o que escrevi. Se eu não provar eu estou sujeito à multa, sou obrigado a fazer uma retratação ou a rigor ele me leva pra cadeia. Tudo bem, eu não sou contra, sou absolutamente a favor porque eu também já fui vítima de imprensa sensacionalista, irresponsável e tal. O que surpreende é que a Justiça tenha acatado o que ele



Censura: “Não podia silenciar sobre o assunto. Isso seria um péssimo exemplo e um péssimo precedente”

pediu. A *Folha* fez um editorial nesse sentido, dizendo o seguinte: “Não surpreenderia se o senhor Ronaldo Caiado pedisse até a pena de morte. O que espanta é que a Justiça pudesse aceitar”.

Z- Onde você estava e o que estava fazendo quando recebeu a notícia da sentença?

FM- Eu estava em Budapeste, com o Paulo Coelho. Lançei o livro no Brasil, em uma semana fiz uns cinco lançamentos, me arranquei, fui para o sul da França e me encontrei com o Paulo. Tinha combinado de passar um longo período com ele para a biografia que vou escrever, era nosso primeiro contato. Aí zanzamos, zanzamos e uma semana depois a gente estava em Budapeste, na Hungria, e me liga a Mônica Bergamo, colunista da *Folha de São Paulo*, e diz “parece que o Ronaldo Caiado vai te processar por causa da referência a ele no livro. Você tem alguma coisa a declarar?”. Respondi: “Olha, a única coisa que eu tenho a declarar é que eu sou responsável da página 1 à 499 por tudo que está no livro. Respondo por tudo, não tem uma sílaba, uma vírgula ali pelo qual eu não respondo eticamente, juridicamente, autoralmente”. A palavra está feia? O problema é meu. Construção não está elegante? O problema é meu. Tem mentira? Eu respondo por isso. Ela deu uma nota, não me preocupei mais com isso, continuei com o Paulo, fui com ele para o Egito. Eu estava no Cairo, era meia-noite lá, seis da tarde no Brasil, quando me liga a *TV Globo*, o pessoal do Jornal Nacional. Dizendo “olha, pintou um pipinaço aqui pra você. Um juiz de primeira instância aqui de Goiânia aceitou o pedido do Caiado e baixou duas sentenças”. Eu quase caí pra trás. Tinha sido um dia muito legal de trabalho com o Paulo. Nós estávamos numa situação como essa, num restaurante, só que em vez de estar de cara para o Atlântico nós estávamos de frente para o Nilo. Uma noite bonita, uma lua grande, um clima a favor e a menina diz “estamos montando uma matéria e queremos te ouvir”. Eu falei “mas você acaba

bou de me dizer que eu não posso falar, eu não vou peitar a justiça, eu preciso pensar, acabei de saber disso não posso dar declaração”. E eles fizeram uma matéria enorme, um bloco todo, com repercussão com OAB, com o juiz e terminaram dizendo que o jornal localizou Fernando, disseram que eu estava na França, e que não respondi. Aí eu conversei com o Paulo, fiquei refletindo sobre isso e o Paulo me falou uma coisa interessante, ele disse “Deus não gosta dos cagões, Deus gosta dos valentes. Vai pro pau”. Eu fiquei na minha, fui para o Hotel. Aí a gente já tinha vindo do Egito para o sul da França, onde ele mora, numa cidade que tem 250 habitantes, uma maravilha. Dois dias depois nós fomos para Paris porque ele ia lançar o *Zahir* na Fnac. Aí eu decidi, falei, “eu vou peitar”. Como ele disse depois, guerreiro tirou a espada, tem que decapitar. Não pode botar de novo sequinha na bainha. Cheguei na França, chamei a coletiva

com todos os correspondentes brasileiros na Europa, troquei meus euros em reais, separei R\$ 5 mil e coloquei no bolso. Em geral eu ando com eles. E resolvi, sem querer enfrentar a justiça, marcar posição. Acho que não podia me silenciar pois isso seria um péssimo exemplo e um péssimo precedente. Dei uma única declaração sobre o assunto.

Z- Você não teve nenhum contato com o Caiado?

FM- Não, nenhum. Eu não o conheço, nunca o vi.

Z- Você acha que o fato de você ser um escritor consagrado contribuiu para essa reação por parte do deputado?

FM- Olha, pode ser, isso é subjetivo, mas tem muita gente dizendo isso, que o Caiado estava apagado, ninguém ouvia mais falar dele e ele teria arrumado uma oportunidade pra voltar para as páginas de jornais. Não sei, mas se foi isso é algo muito mesquinho, né. Não acredito.

Z- Como é o seu método de trabalho? Você tem equipe?

FM- Não, eu não tenho equipe. Eu trabalho sozinho, absolutamente sozinho. A única pessoa fixa que eu tenho é uma secretária executiva que tem procuração pra tudo, mexe com dinheiro.

Z- Por que escrever sobre a W/Brasil?

FM- Porque eu gosto. Um dos privilégios da opção pela carreira-solo, de largar a redação, é o seguinte: você faz o que te der na telha. Os limites éticos, profissionais, você é quem estabelece, não é mais o patrão. Existe uma enorme liberdade pra fazer o que você quiser. Fiz a “W” porque gosto deles, são pessoas de caráter, sou amigo deles, são pessoas generosas, antenadas politicamente e que fizeram uma revolução na linguagem da comunicação publicitária brasileira. Então, eu fiz com um enorme prazer. As pessoas, às vezes, se surpreendem com essa minha mira que circula por temas tão diferentes. Quando eu acabei o *Olga*, um dos meus projetos era fazer a biografia do dele-

Os Caiado controlam Goiás há 100 anos

gado Fleury, o torturador. Quando eu falo que estou escrevendo a biografia de Antônio Carlos Magalhães, as pessoas se espantam e eu respondo sempre da mesma maneira: jornalista que não se interessa por Antônio Carlos Magalhães tem que mudar de profissão.

Z- Você largou a função de repórter há muitos anos, mas quando você morou na França, fez algumas matérias. Como foi voltar a escrever reportagens factuais?

FM- Foi ótimo. Uma das boas coisas que eu fui obrigado a fazer. Fazia uns 10 anos que eu estava parado. E nesse período eu fiz matérias absolutamente diferentes umas das outras. Desde um juiz que prendeu o Pinochet, Garzón, até ir para a fábrica da Ferrari e fazer uma matéria absolutamente masculina e consumista que é o seguinte: como que nasce o sonho masculino chamado Ferrari. Fui desde o primeiro parafuso até a saída da fábrica. No fim fiquei três dias com a Ferrari andando pelo interior da Itália pra transmitir as emoções. As pautas eram algumas minhas e algumas me eram passadas. Como eu estava lá era mais fácil fazer esse tipo de matéria. O *Jornal da Tarde*, há alguns anos, fez uma coisa interessante, chamou 30 escritores que eram jornalistas ou ex-jornalistas pra fazer o jornal naquele dia, era o Dia do Jornalista. Depois editaram em capa dura. Eu fui convidado e era igual redação, o pessoal ia chegando e iam passando a pauta. Eu cheguei e eles me disseram o seguinte: "uma quadrilha entrou em um botequim em Moema, zona sul, e matou uma estudante e um garoto". Era o Bar Bodega, que depois virou o famoso caso do Bar Bodega, exemplo até de livro. A imprensa descobriu os supostos assassinos, a polícia pressionada pela imprensa torturou os moleques, eles confessaram e, no fim, eles não eram os assassinos. Esse foi um grande *case* de irresponsabilidade jornalística, igual ou pior que o da Escola Base. [Ver reportagem nesta edição] E eu... Deus é meu amigo, Deus gosta de mim... Chego na redação achando que era um crimezinho qualquer... Se bem que eu adoro polícia. Fui disputar informação com uns meninos que estavam chegando na profissão, pessoas como vocês, e furei todo mundo. Porque na hora que eu cheguei lá tinha uma caixa de chaves de automóveis, as pessoas

que chegaram lá deixaram os carros e o camarada pendurava a chave, e tinham ficado uns 10 papeizinhos com as chapas dos carros. Eu peguei os papeizinhos, coloquei no bolso, fui pro Detran, peguei os nomes das pessoas e comecei a ouvir o que tinha acontecido. E todos disseram que eu tinha que falar com o porteiro. Descobri o telefone dele e liguei pra ele como se eu fosse policial. Disse "olha, aqui é o delegado fulano de tal. Ninguém vai encher seu saco, quem vai tratar com o senhor a partir de agora sou eu e o senhor só vai ser ouvido por mim. Eu preciso de algumas informações para abrir a ficha...". Aí eu fui perguntando, perguntando e, no fim, eu fui o único que dei a informação correta. O crime deu muita repercussão, pois além de ser um assassinato de pessoas de classe média, os donos do Bar Bodega eram o Luis Gustavo, ator, e o Cássio Gabus Mendes, que estavam na época na principal novela da Globo. E eu cheguei lá, com os cabelos brancos e furei todo mundo. E isso é experiência, claro, eu tenho 40 anos de janela. Esse tipo de coisa me seduz muito. Se eu fosse rico, se amanhã eu ganhasse na Mega Sena, eu ia fazer o seguinte: olha, amanhã eu vou fazer uma matéria aqui pro *Zero*. Ou eu descubro uma história legal, ofereço pra alguém, não me interessando se pagam bem, se pagam mal, faria matérias aleatórias, de preferência policiais.

Z- Você disse que resolveu fazer a biografia do Paulo Coelho pois sempre o achou um personagem

muito curioso. Sua opinião mudou depois que você o conheceu? E sua opinião sobre a obra do Paulo Coelho, como era e como está?

FM- A minha opinião sobre ele mudou depois que eu o conheci. Eu imaginava que ele tivesse um comportamento de *pop star* na medida que ele é um *pop star*. Eu rodei muito com ele. Ele entra num restaurante e as pessoas se levantam como se estivesse entrando a Madonna ou o Mick Jagger, não tem muita diferença. Sabe aquele "zunzun", na rua, as pessoas comentando, eu fiquei antenado quanto a isso. Ele não é um *pop star* no trato pessoal, é uma pessoa que poderia estar aqui nesta mesa, se metendo na conversa, dando palpite, foi repórter, trabalhou na *Tribuna da Imprensa*, no *Globo*, é um cara simples, tem lá as manias dele, mas quem não tem as suas, né? Mas é de trato facilíssimo, uma pessoa afável, carinhosa, ele não tem nenhum sinal exterior de que tenha vendido 85 milhões de livros. Ele mora numa casa normal pra uma pessoa que tem grana, nenhum castelo de 60 quartos... Eu cheguei na casa dele com um Renault, alugado, e na casa dele tinham dois Renaults iguais ao modelo que eu usava, um dele e um da mulher dele. Eu perguntei pra ele: "Pô, mas se você gosta de carro por que você não compra um Porsche, se dinheiro não é o problema?" E ele falou, "Poxa,

e serve para o cinema. Ele dizia que a nossa sorte, dos dramaturgos, no caso, é que crítico não consegue levar nem uma bactéria ao teatro. E crítico não leva bactéria nem ao teatro, nem ao cinema e nem às livrarias. Um dos traços fascinantes da história do Paulo Coelho é exatamente esse. Ele é rejeitado pela crítica, não só no Brasil, mas em alguns outros países, e tem a mais alta condecoração que o governo da França já deu a um brasileiro. Nem o Fernando Henrique, nem o nosso príncipe da sociologia o tem.

Z- Você disse que ficou amigo do Paulo Coelho. Esse tipo de relação interfere na hora de escrever um texto isento?

FM- Eu lidei com esse tipo de problema quando a *Playboy* me encomendou uma entrevista de abertura com o Frei Betto. Eu sou amigo do Betto desde a adolescência e por essas coisas da vida eu me mudei para São Paulo e fui namorar uma moça de origem mineira, cuja mãe era muito amiga da mãe do Frei Betto. E as duas tinham uma coisa em comum, cozinhavam muito bem. Quando o Betto foi condenado por ser da ALN, ligado a Marighella, foi cumprir pena em Presidente Bernardes, onde esteve Ferdinandinho Beira-Mar. E a minha sogra saía de SP de ônibus, viajava 800 quilômetros para levar "quentinhas" para ele na cadeia. Era uma relação mais do que fraterna, era uma relação familiar. E vou eu fazer a entrevista com o Betto ou protejo o leitor? Protejo o leitor. O Betto que se f... Topou dar entrevista para mim? Tem que agüentar. Falei: assalto a banco, quero saber tudo. O Marighella com peruca de índio na cabeça? Voto de castidade? O Betto é um cara da minha idade, é homem que nem eu, nem mais nem menos. Não tem tesão? E quando mulher se aproxima, como ele reage? Se masturba? Passei o trator em cima dele e ele contou tudo. Então não acredito que o fato de eu ter me afeiçoado pelo Paulo Coelho vá mudar algo. Minha relação com o Betto é muito mais velha e eu não o perdoei. Não concedi, para não dizer não perdoei.

Z- Você está preparando, além do livro do Paulo Coelho, uma biografia do Antônio Carlos Magalhães. Você pretende publicar o livro com ele ainda vivo?

FM- Sim, eu quero publicar com ele vivo. Eu posso sentar agora e escrever. Daqui a três meses, quatro meses teria um livro nas livrarias. E aí, ano que vem, ele sai candidato a presidente da República pelo PFL. No dia seguinte meu livro vai estar embrulhando peixe aqui no mercado público de Floripa... Eu não quero fazer uma coisa datada. Mas se perguntarem se eu estou esperando ele morrer, digo não, não estou esperando ele morrer, estou esperando ele cansar. Ele é um homem de quase 80 anos.

Z- Você acha que ele vai cansar?

FM- É difícil porque ele é um sujeito muito vigoroso. Ele não bebe, não fuma, ele controla a alimentação, está magro, se cuida. Ele vai longe. E agora já tem a terceira geração, ACM neto, membro da CPI dos Correios.

Z- Ele aceitou rápido fazer as entrevistas para a biografia?

FM- Não, à primeira vista não. Em 96 ou 97 eu fui a Brasília e sugeri a ele. Foi assim: quando fui ao programa do Jô Soares lançar o *Chatô*, o Jô me perguntou se não havia uma certa morbidez nesse negócio de escrever biografia, mexer com defunto, gente morta, papel velho... Eu falei "não. Não respondo pelos biógrafos, respondo por mim, acho que não. Até porque existem alguns vivos que eu gostaria de biografar". Ele perguntou quem e eu falei "o general Geisel, que estava vivo, Apolônio de Carvalho, velho guerrilheiro, herói da resistência francesa, e o Antônio Carlos Magalhães. Passou a entrevista, e dois ami-



Morais: "Sou amigo do Frei Betto, mas o Betto que se f... Topou dar entrevista pra mim? Tem que agüentar", ironiza

mas é uma ostentação, meu vizinho aqui cria mula, não faz muito sentido". Então, é um cara muito maneiro. Revelou uma sinceridade surpreendente, uma franqueza a respeito dele e a respeito até das coisas, digamos, feias da vida dele, eu sei muito recompensado nesse ponto de vista. Virei amigo dele, 60 dias e virei amigo. A obra dele eu conhecia, conheço, muito pouco. Acho irregular, acho boa, mas irregular. Acabei de ler o *Zahir* e gostei muito. Talvez até tenha gostado mais do que gostaria antes, porque vai me ajudar no meu livro à medida que é uma história de alguma medida auto-biográfica. É um autor que vira *pop star*, casado com uma moça que é correspondente de guerra — aí já é ficção — e essa moça o abandona para ficar com um guia muçulmano. Acho que o que eu conheço da obra dele, não é a obra literária, mas a obra musical. Acho uma maravilha as letras dele. Ele tem 156 letras de música, que estão aí até hoje. Foram feitas há 30 anos e se você cantar hoje vale pelo que você está vivendo aqui em Floripa. E com poesia, e com sacanagem, com perspicácia, reflexivas, estimulantes.

Z- Nesse período de apuração e produção do livro, você conseguiu decifrar os motivos de ele ser esse sucesso mundial, já que ao mesmo tempo em que ele é criticado na literatura, ele é o mais vendido no mundo.

FM- Olha, o Nelson Rodrigues tinha uma frase, feita para o teatro, mas que eu acho que serve para a literatura

Lanço biografia de ACM se ele cansar

gos armaram meu encontro com ACM. Eu fui lá e falei para ele que eu achava que a vida que ele viveu e a vida que ele testemunhou dava um livro, pessoa polêmica, pessoa a respeito da qual não existe indiferença, ou as pessoas adoram ou as pessoas odeiam, detestam. Ele estava um pouco reticente, é um político conservador, eu sou uma pessoa de esquerda, nunca escondi. Eu achei que os temores iniciais dele eram até procedentes. E aí a gente foi conversando e no fim da conversa eu falei que só havia uma pré-condição: "O senhor não vai ler os originais. Eu vou ouvir todo mundo que eu achar que tenho que ouvir e eu vou escrever o que a meu juízo deve constar no livro. Eu vou me comportar com o senhor do mesmo jeito que eu fiz com Prestes e Anita no caso da Olga e com os filhos do Chatô, o primeiro exemplar que sair da gráfica, junto com mais 50 mil, eu pego o avião, venho para Salvador ou Brasília e trago para o senhor. Mas o senhor não irá ler os originais". Aí ele, que estava de terno, tirou o paletó, pendurou na cadeira — nós estávamos na sala de um *flat* do apartamento que ele vivia em Brasília — andou de um lado para o outro, ficou ali sem falar nada. Eu continuei ali, tomando meu café, pitando meu charuto. Então, ele falou: "Vamos pensar, me deixe refletir". Tudo bem, dali a duas semanas ele me telefonou, me pediu para ir a Brasília. Chegando lá, ele disse "eu refleti muito, reli o *Chatô*, percebi que apesar de ser uma pessoa por quem o senhor não tem nenhuma afinidade é um livro honesto. Então tá fechado". E aí começamos a trabalhar. Depois eu ouvi uma versão muito engraçada. Alguém me disse que ele contou para alguém... Obviamente é piada... "Fernando Morais acredita que eu aceitei que ele fizesse minha biografia porque reli *Chatô*. Não é verdade. Eu só aceitei quando eu soube que ele tinha sido namorado da Bruna Lombardi".

Z- Que personagem hoje na política daria uma boa biografia?

FM- Tem um personagem fascinante em Natal, no Rio Grande do Norte, chamado Aloísio Alves. Lúcido, 83 anos, bem de saúde. Se Antônio Carlos Magalhães conhece o poder de 1950 pra cá, ele conhece a oposição. Ele foi da UDN, trabalhava com Carlos Lacerda, ajudou o Lacerda a derrubar o Getúlio, fez a edição falsa da *Tribuna da Imprensa* que eles colocaram embaixo da porta da cadeia do Gregório Fortunato, com a manchete falsa dizendo "Vargas fugiu para o Uruguai e incriminou Gregório". Quando ele acordou e leu aquilo, falou "Pô, o cara foi embora e me traiu, vou botar a boca no trombone", e falou tudo. Então esse cara é um personagem interessante. Morto existem mais nomes. Você sabe um personagem que me seduz? É que eu teria que me mudar para Recife, mas é o Frei Caneca, um personagem maravilhoso. Ele era um sujeito tão adorado pelo povo que, quando foi condenado, não existia nenhum carrasco que aceitasse executá-lo.

Z- Você já atuou politicamente, foi secretário de Cultura e de Educação pelo Estado de São Paulo. Na sua opinião, qual deve ser o papel do intelectual na política nacional?

FM- Depende da convicção da pessoa. Eu sou um socialista, eu faço tudo instintivamente, pensando numa transformação maior, pensando que haja justiça social, para que não haja a brutalidade que a gente vê no Brasil. Eu não consigo ver um intelectual que não tenha comprometimento com suas idéias, sejam elas de direita, de esquerda, o que for. Eu fiz política, eu sou militante, eu fui deputado oito anos, fui secretário, fui candidato a governador de São Paulo, mas não quero mais. Não quero. Ajudo sim, voto, fiz campanha para o Lula, enfim. Mas eu acho que posso contribuir mais para melhorar a situação escrevendo livro,

contando, principalmente para a moçada, coisas que as escolas não contam.

Z- Você acha que essa ausência de engajamento é um problema específico do intelectual brasileiro, por causa da política brasileira?

FM- Olha, eu acho que uma política podre como a política brasileira espanta um pouco os intelectuais, mas eles podem contribuir para mudar isso. Como? Lutando, por exemplo, pela educação de primeiro e segundo grau no Brasil. O veículo que vai levar o Brasil para o primeiro mundo não é o carro importado, é a perua escolar. E eu não estou falando nenhuma novidade, se você olhar para todos os países que deram certo, eles investiram na educação fundamental.

Z- Hoje em dia qual a sua posição quanto à política nacional?

FM- Eu sou socialista, eu votei no Lula, eu acho que o Lula está fazendo um governo medíocre, um governo do ponto de vista econômico comprometido com as mesmas coisas que os tucanos fizeram há oito anos.

Z- Você esperava isso?

FM- Não esperava. Esperava um monte de coisas, dificuldades. Sabe, hoje a popularidade do Lula está caindo. Se você for para a Venezuela, a popularidade do Chávez sobe a cada dia. Apesar do que a *Veja* diz dele, o *Estadão*. Porque

ele está pegando uma montanha de dinheiro que vem do petróleo e fazendo hospital, escola, estrada, fazendo posto de saúde, com o dinheiro que antes ia para Miami. Você sabe que desde que o petróleo foi nacionalizado em 1960, até o ano 2000, entrou na Venezuela de dinheiro vindo do petróleo, o equivalente a 12 Planos Marshall. Cadê esse dinheiro? Vá a Caracas ver cadê esse dinheiro. Só há favela em volta de Caracas. Agora qual o motivo de estarem querendo derrubar o Chávez? É porque ele está pegando esse dinheiro e fazendo escola, hospital. Existem 18 mil médicos cubanos morando nas favelas de Caracas. Estão sendo pagos pelo governo cubano em troca de petróleo venezuelano. Eu repito aqui o que disse para a *Veja*, para ódio deles, Hugo Chávez é o fenômeno político mais importante que está acontecendo na América Latina desde a Revolução Cubana de 1959. É impressionante.

Z- Por que você abandonou a política?

FM- Porque os resultados demoram muito.

Z- Só por isso?

FM- Não, não é só por isso. Também porque a política te obriga a uma tolerância exagerada para os meus

padrões. "Ah, mas tem que fazer acordo de governabilidade", fazer acordo significa ficar fazendo cafuné em vagabundo, em sujeito sem vergonha. Tudo bem, eu não critico quem faz. Eu acho que tem gente que tem figado, tem estômago pra isso. Eu não tenho. E olha que eu sou uma pessoa tolerante, tanto que convivi na política muito tempo com contrários. Mas é muito, muito, é mais do que meu estômago agüenta. Chega uma hora que você vê e está convivendo num meio em que as pessoas estão se beneficiando, sabe. Eu prefiro escrever meus livros.

Z- O que você achou da filmagem de Olga?

FM- Eu gostei. Gostei muito. Acho que a opção do Jayme foi correta. Em vez de fazer um filme cabeça, ele fez um filme para a massa, e isso permitiu que a história da Olga, que era uma história clandestina para o povo brasileiro, chegasse ao povo. Uma história dessa, que é uma história dura, importante, chegou ao povo através de um filme. Você pode dizer "ah, mas é muito meloso, é muito romântico" Mas esse é o caminho para você atingir a maioria da população. E o acusam de usar linguagem de televisão... Ele está usando a linguagem que as pessoas estão acostumadas a ver todos os dias.



Política exige "cafuné em vagabundo"

"Chávez é o maior fenômeno político da América Latina desde a Revolução Cubana de 1959"

RESENHA: CORAÇÕES SUJOS

Mortes pelo imperador

"Defendeu rendição incondicional? Então, Mizobe, fan-toche dos judeus, vai ser expurgado da raça nipônica com sangue! Vamos empregar todos os meios de fuzilamento, prisão perpétua, deportação para ilhas, esterilização, linchamento etc. Quando o liquidarmos, a situação de Bastos melhorará cem por cento. Lave sua garganta, coração sujo".

Esta foi a carta ameaçadora, datada de 6 de maio de 1946, que os líderes da Shindo Renmei enviaram a Ikuta Mizobe, imigrante japonês que aceitava a derrota nipônica na II Guerra Mundial e vivia no interior de São Paulo, na cidade de Bastos. Alguns dias depois, Mizobe foi assassinado pelos soldados da seita, sendo a primeira vítima da Shindo Renmei.

O livro *Corações Sujos*, do jornalista Fernando Morais, conta toda a trajetória desta organização. Fundada em 1946, era constituída por 85% dos japoneses radicados no Brasil. Fanáticos ultranacionalistas, seus membros se auto intitulavam *kachigumi* ou vitoristas, por não acreditarem que o temido Exército Imperial do Japão havia perdido a guerra. De outro lado estavam os *makegumi*, derrotistas, minoria japonesa que aceitava a derrota nipônica e que sofreu os ataques da seita.

O líder da Shindo, coronel Kikawa, fez o seguinte discurso no dia de sua fundação: "a única forma de mostrar nossa fidelidade à pátria é cumprir com as obrigações dos súditos do trono. O imperador não será ultrajado no Brasil. Hoje nasceu a Shindo Renmei, a Liga do Caminho dos Súditos". Todos os simpatizantes aplaudiram. A partir daí começou a caça aos "corações sujos", japoneses traidores da pátria que mereciam a morte, deviam "lavar suas gargantas". Estas ações foram muito bem descritas na obra de Morais.

Os fanáticos responsáveis pelos crimes eram os *tokkotai*, soldados matadores. Agiam em grupos de cinco, e percorriam todo o estado realizando atentados contra os *makegumi*. A maioria dos assassinatos acontecia na própria casa do derrotista. "Pode ficar tranqüila, a Shindo não mata mulher nem criança. Viemos matar seu marido, que é traidor da pátria", disse um *tokkotai* à esposa de um "coração sujo" que estava presente na hora do crime. Num período de um ano, os fanáticos mataram 23 japoneses e feriram cerca de 150.

Além dos assassinatos, os simpatizantes também queriam fazer os imigrantes acreditarem na vitória japonesa. Falsificavam publicações e vinculavam noticiários menti-rosos em rádios clandestinas. Parte da população brasileira não se conformou com as atitudes terroristas, os julgavam como "um bando de japoneses desequilibrados" e reagiu contra eles. Alguns vitoristas foram linchados nas praças de cidades paulistas, como Tupã, Bastos e Marília. A imprensa brasileira retratava a indignação do povo brasileiro. Manchetes como "pena de morte aos japoneses" e "japoneses devem ser expulsos do país" eram freqüentes nos diários do estado.

Em um ano, mais de 30 mil japoneses foram presos pelo DOPS e para terem certeza da participação na Shindo, as autoridades brasileiras os forçavam à prática do *fumie*, considerada a maior traição à pátria. Os imigrantes eram obrigados a pisar ou cuspir no retrato do imperador. Quem recusasse a prática, certamente era um vitorista.

Em um artigo publicado na época no jornal *A Gazeta*, o poeta Menotti del Picchia, que havia assistido aos depoimentos dos japoneses, fez uma boa definição dos fanáticos: "Vil criminosos impávidos, inconscientes do próprio delito, indiferentes às consequências de atos cruéis friamente narrados. Homens de bem, com vidas impolutas, vinte ou trinta anos de trabalho honesto no campo ou na cidade, respeitadores das leis e respeitados por seus costumes, bruscamente se manifestavam implacáveis assassinos".

Dos japoneses detidos, 381 receberam condenações que variaram de um a trinta anos de prisão. Getúlio Vargas, presidente da República, decretou a deportação dos 80 dirigentes e matadores da Shindo Renmei, pondo fim à seita.

Bruna Tiussu



Entrevista: Giovana Sanchez

O corrupto que virou celebridade

Deputado de presente e passado inglórios, Jefferson ressurge no melhor estilo canastrão

Todo espetáculo tem seu grande ator. Uma das estrelas da atual tragicomédia da política brasileira, em cartaz há quase quatro meses, é o deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), que foi o estopim da mais grave crise já enfrentada por um governo na história republicana do Brasil. Tudo começou em maio, quando Maurício Marinho, ex-chefe de departamento dos Correios, apareceu recebendo R\$ 3 mil de propina em uma gravação de vídeo exibida em rede nacional. Marinho, indicado pelo PTB para um cargo na estatal, acusou Roberto Jefferson de ser o mandante do esquema, que envolvia suborno em licitações. Acusado, o deputado contra-atacou. Ciente de que sua situação política se tornara vulnerável, decidiu não cair sozinho e denunciou o esquema do *mensalão*, no qual integrantes do governo teriam supostamente comprado o apoio de deputados federais. Desta maneira, as cortinas se abriram e Jefferson acionou sua metralhadora retórica. Falastrão e vaidoso, o parlamentar é um espetáculo à parte, que ofusca os colegas. Destaque nos depoimentos nas Comissões Parlamentares de Inquérito, a grande celebridade da política nacional é odiada por muitos e amada por outros. Sim, ele tem fãs. Na análise de Renato Turnês, professor de interpretação da Companhia Nacional de Teatro (CNT), e ator de teatro e cinema, o deputado usa técnicas para prender a atenção e tornar o discurso crível. "Ele não é ator, mas lança mão de elementos da teatralidade", opina. Mas adverte: "O que ele faz não é arte, mas sim sacanagem".

Dons naturais como inteligência, improviso, ironia e sarcasmo também ajudam o parlamentar na tentativa de ganhar popularidade e preservar a imagem. "Ele sabe usar esses elementos e isso o coloca numa situação diferente, acima do problema. O deputado deixa transparecer que está no controle da situação, sempre dá a impressão de que tem algo mais a revelar e, assim, cria expectativas". Por outro lado, o uso de frases de efeito, como a já famosa "Vossa Excelência provoca em mim os instintos mais primitivos", não representa nada, só serve para causar impacto e representa um possível exagero da atuação do parlamentar. "Se for analisado friamente, é algo patético", critica Turnês, que considera Jefferson um personagem folclórico. Quem se aproveitou da fama do deputado falastrão foi um de seus vizinhos do Bloco I da superquadra Norte, em Brasília, que criou um *blog* chamado *Vizinho do Jefferson*. O sítio acompanha as andanças no apartamento de Jefferson e as movimentações políticas da capital federal.

Mesmo fora dos holofotes, o petebista sempre foi um personagem polêmico. Nasceu em Petrópolis (RJ) há 52 anos. Seu nome completo é Roberto Jefferson Monteiro Francisco. Em 1979, formou-se em Direito pela Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro e virou advogado. No entanto, não foi a atuação em escritórios de advocacia e tribunais que permitiu que o parlamentar ingressasse na política, mas sim a televisão, através do programa *O povo na TV* (1981-1984), que foi exibido na então moribunda TV Tupi e depois passou para o SBT, que surgira na década. Apesar do grande sucesso, o programa não se primava pela qualidade do conteúdo. Seu foco era explorar o mundo-cão e a miséria dos pobres. Embora fosse colega de Sérgio Mallandro, Bob conseguia se destacar. Seguindo o ator Renato Turnês, a experiência que Jefferson adquiriu na televisão o ajudou a dominar elementos de convencimentos. "É um homem articulado, que sabe variar os tons, os gestos, as pausas. Muitas pessoas se envolvem no carisma e acreditando no que ele fala", acentua.

O palco logo mudou para Bob Jeff. A televisão já era parte do passado; o povo na TV saiu do ar meses depois de mostrar ao vivo a morte de um bebê num hospital. O novo projeto passou a ser a carreira política. Filiado ao PTB desde 1979, manteve a tradição familiar. Ibrahím, seu avô, foi fundador do partido em 1945. O professor Roberto Francisco, o pai, também pertenceu à sigla, pela qual foi vereador em Petrópolis. Já o pequeno Bob elegeu-se deputado federal em 1983 e começou sua longa jornada na Câmara Federal. Atualmente, ele é o parlamentar mais antigo na bancada do PTB. A truculência dos tempos da televisão continuou no mundo político. Com exceção do voto favorável pelas Diretas Já, a passagem do justiceiro dos pobres inclui o honroso cargo de líder da tropa-de-choque do governo Collor e do *Centrão*, o bloco conservador que breiou as votações cruciais do Congresso Constituinte (1986-1988), traição de acordos, boicote à assinatura de instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (a exceção é a dos Correios) e defesa do mandato de deputados acusados nas comissões- ele mesmo escapou, para surpresa geral, da lista de acusados da CPI do Orçamento. Um dos deputados que perderam o cargo, Ézio Ferreira (PFL-AM), recebeu apoio do colega em um discurso em junho de 94. Jefferson detestava a imprensa e a acusou de ser um "poder liderado pela vontade das redações dos grandes jornais, um poder autoritário e fascista". Para o deputado, a Câmara estava "agachada, de cócoras". E deu nome aos donos do poder: "Aqui se faz o que a *Veja* quer, o que o *TJ Brasil* quer, o que o *O Globo*, o *Jornal do Brasil*, a *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo* desejam", desafiou.

Em outro discurso realizado no Congresso em 17 de maio, o próprio deputado admitiu seu passado "troglodita". "Há um preconceito contra mim que eu não consegui quebrar, e é culpa minha. Confesso que, no passado, eu vendia aquela imagem de troglodita mesmo. Usei revólver na cintura, pratiquei tiro ao alvo a minha vida inteira porque fazia disso uma muleta. Eu queria vender a imagem do homem valente, bravo. Eu temia o olhar de rejeição, preferia substituí-lo pelo olhar de medo", confessa. Na década de 90, pesava cerca de 175 quilos. A cirurgia de redução do estômago feita há três anos trouxe, para ele, uma pessoa melhor ao mundo. "Melhorei por dentro e por fora. Sou muito mais sereno, muito mais calmo, estou numa situação muito melhor. Minha auto-estima subiu. Fiz plástica. Voltar ao peso ideal não é fácil. Tinha 175 centímetros de cintura, hoje tenho 100. Sobrou e tive de fazer plástica. Não é fácil voltar à normalidade", relata. Para descarregar a tensão da política, Bob montou uma academia no seu apartamento funcional, em Brasília. Recorre também a exercícios de respiração e chocolate, principalmente nos depoimentos. O doce é um pequeno desvio em sua dieta- purê, banana amassada, caldo de feijão. Para manter o corpinho, ou melhor, o corpanzil em forma, ele não janta, e normalmente come em prato de sobremesa e com talheres menores só para comer menos.

A popularidade de 1983 conquistada graças à TV nunca mais voltou com o mesmo impacto. Os 84.638 votos deste ano minuíram para 35.822 na eleição de 1994, a primeira após a atuação como líder da tropa-de-choque do governo Collor, que passava o rolo compressor nas votações da Câmara. Em 2002, um alento: 40.685 votos. No entanto, talvez não haja um novo pleito e seu sexto mandato seja o último. E o motivo principal não seria a cassação, cuja votação no plenário da Câmara está marcada para o dia 14 de setembro. Quem aposta no fim da carreira política de Jefferson é o próprio pai dele, o professor aposentado Roberto Francisco. Ele acredita que o filho, desiludido, vai largar a política após ser pivô da crise do governo federal. As peripécias obscuras do filho não envergonham o patriarca, muito pelo contrário. Francisco entende que o fato do filho ter feito as denúncias o redime de seus pecados. "Se meu filho me chamar, estarei na frente de batalha ao lado dele. Estou feliz porque ele está mostrando ao país que é hora de se fazer uma mudança", opina o papai-coruja, que queria ver o segundo filho mais velho seguindo seus passos acadêmicos. "Montei uma escola em Petrópolis e queria que ele prosseguisse", conta. "Ele chegou a dar aulas de Direito Criminal na Estácio de Sá, mas acabou seguindo a carreira política. E se deu bem". O patriarca também colaborou no desenvolvimento do lado artístico do pequeno Bob. Presidente da União dos Trovadores de Petrópolis, Francisco organiza todo ano concursos nacionais de poesia. As festas inspiraram Jefferson a praticar o canto lírico, *bobby* aprovado pelo pai. E dá-lhe matérias televisivas em que Bob mostra seus dotes musicais.

Por incrível que pareça, as denúncias do *mensalão* ressuscitaram o deputado em seu reduto eleitoral, composto por sete municípios da região serrana do Rio de Janeiro, após perder espaço nas duas últimas eleições- 2002 e 2004. Caiu de 19.374 votos na eleição de 1998 para 14.084 na de 2002. Muitas pessoas o consideram inocente. Amigos e correligionários já produziram adesivos com os dizeres "Eu acredito em Roberto Jefferson". Para os adversários políticos, Jefferson é visto na região como herói e candidato a uma votação histórica caso se mantenha elegível em 2006. A importância do anti-herói que virou mocinho está relacionada ao direcionamento de verbas federais para a região. No orçamento de 2004, por exemplo, ele e o PTB conseguiram R\$ 1,07 milhão do total de R\$ 1,8 milhão obtidos por Petrópolis via emendas orçamentárias. Para o orçamento deste ano, o município é candidato a R\$ 2,6 milhões em emendas, mas nenhuma delas provém de Jefferson e seu partido.

Além de ator, cantor e celebridade, Roberto Jefferson também é profeta. No começo de abril (antes da crise, portanto), o jornal *O Globo* publicou um artigo em que o deputado defende a reforma política. "O Congresso Nacional precisa aprovar uma reforma que corrija as falhas na legislação eleitoral, fortaleça os partidos e garanta a governabilidade, permitindo o pleno exercício da democracia", dizia. Na visão de Jefferson, um dos maiores problemas do sistema político atual é o financiamento das campanhas eleitorais. Seria essa opinião resultado de experiência própria? Esperto, refuta o financiamento público, pois esta medida tiraria verbas de programas sociais. O justiceiro dos pobres, felizmente, permanece vivo. A lista partidária fechada para as eleições proporcionais também não escapa de sua mira. "Querem tirar do eleitor o direito de escolher os seus representantes e entregá-lo aos caciques partidários, que certamente controlariam as listas." Presidente nacional do PTB após a morte do deputado José Carlos Martinez (um ex-collorido) em um acidente aéreo em 2003, Roberto Jefferson permaneceu no cargo até a crise do *mensalão* e certamente não pode ser considerado um cacique partidário. Longe disso, afinal, muitos acreditam nele.

Rodrigo Schmitt

